



Anais da Assembleia

Nº 076

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 24 DE JUNHO DE 1991

ANO XVII

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA
ATA DA 62.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 1991.

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Heinz Herwig, secretariada pelos Srs. Deputados João Arruda e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Dr. Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Afonso Júnior, José Arthur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilson César, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (53). Achando-se em licença o Sr. Deputado Algaci Túlio (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura das atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Tendo em vista a constituição de Comissão Especial, na sessão de ontem, nos termos do art. 35 do Regimento Interno, destinada a encaminhar a discussão e estudos sobre o plebiscito imposto pela Constituição Federal para 1993, sobre forma e regime de governo, vimos comunicar a

Vossa Excelência que o Deputado DALTON MACHUCA representará nossa bancada nessa Comissão.

Ao ensejo, manifestamos expressões de elevado apreço.

Sala das Sessões, em 24.06.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO

Líder do PL.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Tendo em vista a constituição de Comissão Especial, na sessão de ontem, nos termos do art. 35 do Regimento Interno, destinada a encaminhar a discussão e estudos sobre o plebiscito imposto pela Constituição Federal para 1993, sobre forma e regime de governo, vimos comunicar a Vossa Excelência que o Deputado VALDIR ROSSONI representará nossa bancada nessa Comissão.

Ao ensejo, manifestamos expressões de elevado apreço.

Sala das Sessões, em 24.06.91.

(a) ROSSONI

Líder do PRN.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Tendo em vista a constituição de Comissão Especial, na sessão de ontem, nos termos do art. 35 do Regimento Interno, destinada a encaminhar a discussão e estudos sobre o plebiscito imposto pela Constituição Federal para 1993, sobre forma e regime de governo, vimos comunicar a Vossa Excelência que o companheiro Deputado LUIZ CARLOS MARTINS representará nossa bancada nessa Comissão.

Ao ensejo, manifestamos expressões de elevado apreço.

Sala das Sessões, em 24.06.91.

(a) ORLANDO PESSUTI.

Líder do PMDB.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Tendo em vista a constituição de Comissão Especial, na sessão de ontem, nos termos do art. 35 do Regimento Interno, destinada a encaminhar a discussão e estudos sobre o plebiscito imposto pela Constituição Federal para 1993, sobre forma e regime de governo, vimos comunicar a Vossa Excelência que o Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI representará nossa bancada nessa Comissão.

Ao ensejo, manifestamos expressões de elevado apreço.

Sala das Sessões, em 24.06.91.

(a) HERMAS BRANDÃO.
Líder do PSDB.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Tendo em vista a constituição de Comissão Especial, na sessão de ontem, nos termos do art. 35 do Regimento Interno, destinada a encaminhar a discussão e estudos sobre o plebiscito imposto pela Constituição Federal para 1993, sobre forma e regime de governo, vimos comunicar a Vossa Excelência que o Deputado NILTON SERVO representará nossa bancada nessa Comissão.

Ao ensejo, manifestamos expressões de elevado apreço.

Sala das Sessões, em 24.06.91.

(a) ERONDY SILVÉRIO
Líder do PTB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Tendo em vista a constituição de Comissão Especial, na sessão de ontem, nos termos do art. 35 do Regimento Interno, destinada a encaminhar a discussão e estudos sobre o plebiscito imposto pela Constituição Federal para 1993, sobre forma e regime de governo, vimos comunicar a Vossa Excelência que o Deputado COSTENARO NETO representará nossa bancada nessa Comissão.

Ao ensejo, manifestamos expressões de elevado apreço.

Sala das Sessões, em 24.06.91.

(a) COSTENARO NETO.
Líder do PFL.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Tendo em vista a constituição de Comissão Especial, na sessão de ontem, nos termos do art. 35 do Regimento Interno, destinada a encaminhar a discussão e estudos sobre o plebiscito imposto pela Constituição Federal para 1993, sobre forma e regime de governo, vimos comunicar a Vossa Excelência que o Deputado GERALDO CARTÁRIO representará nossa bancada nessa Comissão.

Ao ensejo, manifestamos expressões de elevado apreço.

Sala das Sessões, em 24.06.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO.
Líder do PDT.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1574

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo Art. 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e

Curitiba, segunda, em 24.06.91

votação da Redação Final aos projetos aprovados em 2ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 24.06.91.

(a) JOSÉ ARTHUR RITTI

REQUERIMENTO N° 1550

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, vem à presença de Vossa Excelência, comunicar que nesta data REASSUME suas funções legislativas.

Sala das Sessões, em 24.06.91.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 1572

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a convocação do Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, do Diretor do Departamento de Estradas e Rodagem e do Chefe do Departamento dos Transportes Coletivos - DSTC, para comparecerem a esta Assembleia Legislativa para prestarem esclarecimentos sobre o aumento das tarifas dos transportes coletivos intermunicipais e sobre a fiscalização dos veículos transportadores.

Sala das Sessões, em 24.06.91.

(a) ROSSONI

REQUERIMENTO N° 1532

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações pela posse do Sr. João Darci Ruggeri como Grão-Mestre do Grande Oriente do Estado do Paraná, em Curitiba, filiada ao Grande Oriente do Brasil, no dia 22 do corrente mês, para o quadriênio 1991/1995.

Sala das Sessões, em 24.06.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1533

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações à Associação de Empresas da Cidade Industrial de Curitiba - AECIC, pela inauguração da nova sede, em 22 do corrente, na Cidade Industrial de Curitiba.

Sala das Sessões, em 24.06.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1534

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações pelos 27 anos da coluna social do jornalista Dino Almeida, junto ao jornal Gazeta do Povo, desta Capital, completados na data de hoje. Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao Ilustríssimo Sr. Dino Almeida, no seguinte endereço: Gazeta do Povo, Praça Carlos Gomes, s/n, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 24.06.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1535

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações ao jornalista Alcy Ramalho Filho, pelo lançamento de A Folha da Imprensa, no próximo dia 25 de junho.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Diretor Presidente do novo vespertino, através de correspondência a ser enviada ao seguinte endereço:

ALCY RAMALHO FILHO

Diretor-Presidente de "A Folha da Imprensa"

Rua Machado de Assis, 462 - Juvevê

80.030 - CURITIBA-PR.

Sala das Sessões, em 24.06.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1539

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado votos de congratulações para com o Sr. Homero Morinobu Oguido, DD. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, pelo significativo trabalho que vem desenvolvendo à frente daquela Secretaria.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 24.06.91.

(aA) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA.

Os significativos resultados que vem apresentando a Secretaria do Desenvolvimento Urbano junto aos municípios paranaenses, comprovam que a competência e a capacidade de trabalho dignificam a figura do homem público.

Pela firmeza de suas convicções, pela honradez de sua conduta e por sua respeitabilidade como homem íntegro em prol da causa pública, o Secretário Homero Morinobu Oguido é merecedor de nossos cumprimentos.

REQUERIMENTO N° 1549

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, solicitando que seja suspensa a veiculação pelas emissoras de televisão, da propaganda do governo estadual para prevenção da cólera, onde aparece uma criança recolhendo uma maçã do chão para comer, a fim de evitar prejuízos ao consumo dessa e de outras frutas.

Sala das Sessões, em 24.06.91.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA.

Os produtores de maçã do Estado, através de sua associação - FRUTIPAR, manifestaram seu receio de que a população relacione a doença com o consumo da referida fruta.

Os fruticultores estão alarmados com as possíveis repercussões negativas que a propaganda possa trazer junto aos consumidores, fazendo com que as vendas da fruta, principalmente agora no seu período de safra, caiam a níveis muito acentuados, desestabilizando completamente o mercado.

REQUERIMENTO N° 1538

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas obrigações regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de solicitação oficial ao Excelentíssimo Sr. Dr. Roberto Requião de Mello e Silva, DD. Governador do Estado do Paraná, objetivando estudos para a isenção de ICMS incidente sobre o fabrico do pão.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Vereador Sebastião Cândia de Oliveira, Câmara Municipal de Sarandi.

Sala das Sessões, em 24.06.91.

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento vem ao encontro com a solicitação feita pelo Vereador Sebastião Cândia de Oliveira, de Sarandi, que preocupado em oferecer melhores condições aos panificadores, e em especial aos consumidores deste Estado, diante da situação insustentável que ameaça a sobrevivência dos panificadores, que reivindicam a redução dos custos de produção dos pães, alimento básico da população.

REQUERIMENTO N° 1551

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Sr. Dr. Mário Pereira, DD. Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que sejam viabilizados recursos financeiros e/ou materiais para a construção de terminal rodoviário, em Perobal, Distrito de Umuarama.

Do aprovado, requer ainda comunicação aos Srs. Prefeito municipal Alexandre Ceranto, Vereador Sebastião Calixto Barbosa. Sala das Sessões, em 24.06.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O distrito de Perobal, em franco processo de transformação em município, urgentemente necessita se preparar para atender adequadamente sua população. A infra-estrutura nas áreas da saúde, escolas, creches, segurança, bancos, água tratada e esgoto, terminal rodoviário, etc.

Com relação a este último, é que reivindicamos ajuda do Governo do Estado na sua construção, uma vez que é grande o número de pessoas que transitam no futuro município.

São comerciantes, famílias que chegam para fixar residência, transeuntes que movimentam o distrito, numa agitação própria de uma cidade que surge.

A população de Perobal, carente em vários benefícios, tem a construção do terminal como uma de suas prioridades, dado o fator de segurança e de conforto para os usuários.

REQUERIMENTO N° 1552

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Superintendente da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, solicitando a viabilização urgente de reformas e/ou reparos na unidade educacional Escola Estadual Pedro I, localizada em Iporã.

Do aprovado, requer ainda, comunicação ao Prefeito Municipal Otoniel Ferreira, ao Presidente da Câmara Municipal, à direção do estabelecimento e ao Sr. Moisés Mendes Sanches, Vereador da Câmara Municipal de Iporã.

Sala das Sessões, em 24.06.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O estabelecimento de ensino se encontra em péssimas condições de uso, pois sua conservação não é feita pelo Estado há muito tempo.

O processo de deterioração se encontra em avançado estágio e precisa urgente de uma intervenção da FUNDEPAR, através de convênio com a Prefeitura Municipal, para reforma e até proceder alguns reparos emergenciais.

A segurança e a qualidade do ensino são aspectos fundamentais a serem atingidos com tal proposta.

REQUERIMENTO N° 1553

Senhor Presidente.

Curitiba, segunda, em 24.06.91

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Superintendente da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, solicitando a viabilização urgente de reformas e/ou reparos na unidade educacional Escola Estadual Iguaiporã, no Município de Iporã.

Do aprovado, requer ainda, comunicação ao Prefeito Municipal Otoniel Ferreira, ao Presidente da Câmara Municipal, à direção do estabelecimento e ao Sr. Moisés Mendes Sanches, Vereador da Câmara Municipal de Iporã.

Sala das Sessões, em 24.06.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O estabelecimento de ensino se encontra em péssimas condições de uso, pois sua conservação não é feita pelo Estado há muito tempo.

O processo de deterioração se encontra em avançado estágio e precisa urgente de uma intervenção da FUNDEPAR, através de convênio com a Prefeitura Municipal, para reforma e até proceder alguns reparos emergenciais.

A segurança e a qualidade do ensino são aspectos fundamentais a serem atingidos com tal proposta.

REQUERIMENTO N° 1554

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Superintendente da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, solicitando a viabilização urgente de reformas e/ou reparos na unidade educacional Escola Estadual Tiradentes, localizada em Iporã.

Do aprovado, requer ainda, comunicação ao Prefeito Municipal Otoniel Ferreira, ao Presidente da Câmara Municipal, à direção do estabelecimento e ao Sr. Moisés Mendes Sanches, Vereador da Câmara Municipal de Iporã.

Sala das Sessões, em 24.06.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O estabelecimento de ensino se encontra em péssimas condições de uso, pois sua conservação não é feita pelo Estado há muito tempo.

O processo de deterioração se encontra em avançado estágio e precisa urgente de uma intervenção da FUNDEPAR, através de convênio com a Prefeitura Municipal, para reforma e até proceder alguns reparos emergenciais.

A segurança e a qualidade do ensino

são aspectos fundamentais a serem atingidos com tal proposta.

REQUERIMENTO N° 1555

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Superintendente da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, solicitando a viabilização urgente de reformas e/ou reparos na unidade educacional Escola Estadual Souza Naves, localizada em Iporã.

Do aprovado, requer ainda, comunicação ao Prefeito Municipal Otoniel Ferreira, ao Presidente da Câmara Municipal, à direção do estabelecimento e ao Sr. Moisés Mendes Sanches, Vereador da Câmara Municipal de Iporã.

Sala das Sessões, em 24.06.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O estabelecimento de ensino se encontra em péssimas condições de uso, pois sua conservação não é feita pelo Estado há muito tempo.

O processo de deterioração se encontra em avançado estágio e precisa urgente de uma intervenção da FUNDEPAR, através de convênio com a Prefeitura Municipal, para reforma e até proceder alguns reparos emergenciais.

A segurança e a qualidade do ensino são aspectos fundamentais a serem atingidos com tal proposta.

REQUERIMENTO N° 1556

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Superintendente da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, solicitando a viabilização urgente de reformas e/ou reparos na unidade educacional Escola Estadual Antenor P. dos Santos, Município de Iporã.

Do aprovado, requer ainda, comunicação ao Prefeito Municipal Otoniel Ferreira, ao Presidente da Câmara Municipal, à direção do estabelecimento e ao Sr. Moisés Mendes Sanches, Vereador da Câmara Municipal de Iporã.

Sala das Sessões, em 24.06.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O estabelecimento de ensino se encontra em péssimas condições de uso, pois sua conservação não é feita pelo Estado há muito tempo.

O processo de deterioração se encontra em avançado estágio e precisa urgente de

uma intervenção da FUNDEPAR, através de convênio com a Prefeitura Municipal, para reforma e até proceder alguns reparos emergenciais.

A segurança e a qualidade do ensino são aspectos fundamentais a serem atingidos com tal proposta.

REQUERIMENTO N° 1557

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Superintendente da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, solicitando a viabilização urgente de reformas e/ou reparos na unidade educacional Escola Estadual Levy G. Oliveira, município de Iporã.

Do aprovado, requer ainda, comunicação ao Prefeito Municipal Otoniel Ferreira, ao Presidente da Câmara Municipal, à direção do estabelecimento e ao Sr. Moisés Mendes Sanches, Vereador da Câmara Municipal de Iporã.

Sala das Sessões, em 24.06.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O estabelecimento de ensino se encontra em péssimas condições de uso, pois sua conservação não é feita pelo Estado há muito tempo.

O processo de deterioração se encontra em avançado estágio e precisa urgente de uma intervenção da FUNDEPAR, através de convênio com a Prefeitura Municipal, para reforma e até proceder alguns reparos emergenciais.

A segurança e a qualidade do ensino são aspectos fundamentais a serem atingidos com tal proposta.

REQUERIMENTO N° 1562

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Superintendente da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, solicitando a viabilização urgente de reformas e/ou reparos na unidade educacional Colégio Estadual Iporã, localizada em Iporã.

Do aprovado, requer ainda, comunicação ao Prefeito Municipal Otoniel Ferreira, ao Presidente da Câmara Municipal, à direção do estabelecimento e ao Sr. Moisés Mendes Sanches, Vereador da Câmara Municipal de Iporã.

Sala das Sessões, em 24.06.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O estabelecimento de ensino se encontra

tra em péssimas condições de uso, pois sua conservação não é feita pelo Estado há muito tempo.

O processo de deterioração se encontra em avançado estágio e precisa urgente de uma intervenção da FUNDEPAR, através de convênio com a Prefeitura Municipal, para reforma e até proceder alguns reparos emergenciais.

A segurança e a qualidade do ensino são aspectos fundamentais a serem atingidos com tal proposta.

REQUERIMENTO N° 1558

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Superintendente da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, solicitando a viabilização urgente de reformas e/ou reparos na unidade educacional Escola Estadual Carbonera, localizada em Maria Helena.

Do aprovado, requer ainda, comunicação ao Prefeito Municipal Waldique B. Pereira, ao Presidente da Câmara Municipal, à direção do estabelecimento e ao Sr. Alan de Freitas (Fazenda Freitas - Maria Helena).

Sala das Sessões, em 24.06.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O estabelecimento de ensino se encontra em péssimas condições de uso, pois sua conservação não é feita pelo Estado há muito tempo.

O processo de deterioração se encontra em avançado estágio e precisa urgente de uma intervenção da FUNDEPAR, através de convênio com a Prefeitura Municipal, para reforma e até proceder alguns reparos emergenciais.

A segurança e a qualidade do ensino são aspectos fundamentais a serem atingidos com tal proposta.

REQUERIMENTO N° 1559

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Superintendente da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, solicitando a viabilização urgente de reformas e/ou reparos na unidade educacional Escola Estadual Arnaldo F. Busato, Município de Maria Helena.

Do aprovado, requer ainda, comunicação ao Prefeito Municipal Waldique B. Pereira, ao Presidente da Câmara Municipal, à direção do estabelecimento e ao Sr. Alan de Freitas (Fazenda Freitas - Maria Helena).

Sala das Sessões, em 24.06.91.

Curitiba, segunda, em 24.06.91

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O estabelecimento de ensino se encontra em péssimas condições de uso, pois sua conservação não é feita pelo Estado há muito tempo.

O processo de deterioração se encontra em avançado estágio e precisa urgente de uma intervenção da FUNDEPAR, através de convênio com a Prefeitura Municipal, para reforma e até proceder alguns reparos emergenciais.

A segurança e a qualidade do ensino são aspectos fundamentais a serem atingidos com tal proposta.

REQUERIMENTO N° 1561

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Superintendente da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, solicitando a viabilização urgente de reformas e/ou reparos na unidade educacional Escola Estadual Leonidia Pacheco, localizada em Maria Helena.

Do aprovado, requer ainda, comunicação ao Prefeito Municipal Waldique B. Pereira, ao Presidente da Câmara Municipal, à direção do estabelecimento e ao Sr. Alan de Freitas (Fazenda Freitas - Maria Helena).

Sala das Sessões, em 24.06.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O estabelecimento de ensino se encontra em péssimas condições de uso, pois sua conservação não é feita pelo Estado há muito tempo.

O processo de deterioração se encontra em avançado estágio e precisa urgente de uma intervenção da FUNDEPAR, através de convênio com a Prefeitura Municipal, para reforma e até proceder alguns reparos emergenciais.

A segurança e a qualidade do ensino são aspectos fundamentais a serem atingidos com tal proposta.

REQUERIMENTO N° 1573

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das atribuições conferidas pelo Regimento Interno e pela legislação vigente, REQUER após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Fazenda, Heron Arzua, encaminhando cópia do Ofício n° 21/91, assinado por Vilmar Cordasso, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Francisco Beltrão, solicitando a instalação de um terminal de computação, com capacidade para interligar-se com o

Curitiba, segunda, em 24.06.91

Banco de Dados da CELEPAR, na Agência de Rendas do mesmo município de Francisco Beltrão, pelos motivos que justifica.

Sala das Sessões, em 24.06.91.

(a) JOÃO ARRUDA

REQUERIMENTO N° 1540

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado votos de congratulações ao Sr. Stênio Jaboc, MD. Diretor-Presidente da SANEPAR, pelo significativo trabalho que vem realizando à frente daquela entidade.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 24.06.91.

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

A complexidade da vida moderna, com seus múltiplos encargos e compromissos exigem uma gama incontável de informações, contato e decisões, transformando cada empresa, num verdadeiro mundo particular. Pelo brilhante trabalho desenvolvido à frente da SANEPAR, pela firmeza de suas convicções e por sua respeitabilidade como homem íntegro, demonstrando sua grande capacidade para o exercício do cargo que exerce, o Sr. Stênio Jacob é merecedor de nossos cumprimentos.

Justo, pois, registrar nossa homenagem e reconhecimento, augurando votos de sucesso em defesa dos interesses dos paranaenses.

REQUERIMENTO N° 1543

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja encaminhado pedido de informações ao Tribunal de Contas do Estado sobre o que sabe sobre o recebimento dos empenhos por parte da UEL, do valor de Cr\$ 87.000.000,00 (oitenta e sete milhões de cruzeiros) e se sobre esse assunto já tomou alguma providência e se a Fundação Universidade de Londrina fez a prestação de contas referente ao exercício de 1990.

Sala das Sessões, em 24.06.91.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

Nosso pedido encontra respaldo no fato de se pretender esclarecer a real utilização dos recursos que o Estado repassa à UEL, tendo em vista que seu Hospital está deixando de atender à população carente, por não ter recursos.

REQUERIMENTO N° 1564

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER à Casa, ouvido o Plenário, seja inscrito

Pág. 07

nos Anais desta Casa, o editorial desta data do jornal Gazeta do Povo, sob o título "Álvaro Dias, Contas Aprovadas".

O citado documento jornalístico expressa, com rigorosa fidelidade, a maneira como o Governador Álvaro Dias administrou o tesouro público, mormente no exercício de 1990, deixando o Estado do Paraná em situação de equilíbrio, como bem avaliou o egrégio Tribunal de Contas ao aprovar por unanimidade, sua prestação de contas do último ano.

Sala das Sessões, em 24.06.91.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

O bom uso do dinheiro público é o mínimo que um Governo deve preservar. Principalmente quando é o último ano de Governo e quando se deve entregar ao seu sucessor um Estado com as melhores condições financeiras possíveis.

O editorial da Gazeta do Povo, grande jornal do Estado, vem reforçar esta necessidade e tornar pública a boa atuação de um governo.

REQUERIMENTO N° 1542

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente requerimento, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o duto Plenário, REQUER o registro em ata dos trabalhos desta Casa, de votos de congratulações e aplausos ao jornal Tribuna de São José, que está comemorando 34 anos de existência.

Que se deixe também registrado o excelente trabalho do seu atual proprietário, Elon Bonin e equipe de trabalho, comandada pelo jornalista Renê Miranda.

Sala das Sessões, em 24.06.91.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

É extremamente auspicioso podermos registrar o transcurso do 34º aniversário de um órgão de comunicação, que resistiu as grandes dificuldades que estas últimas décadas ofereceram ao nosso País, inclusive uma rígida censura e um governo Militar. Manter, editar e veicular um jornal torna-se algo de mais meritória manifestação de regozijo.

Nos congratulamos com a Tribuna de São José, que honra e engrandece a valorosa comunidade do Município de São José dos Pinhais e demais municípios da região.

Diretor Proprietário: Elon Bonin
Redator-Chefe: jornalista Renê Miranda
Travessa Francisco Kilian, 82
83.100 - São José dos Pinhais-PR

REQUERIMENTO N° 1560

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER à Casa, ouvido o Plenário, seja inscrito

nos Anais, voto de congratulações ao egrégio Tribunal Regional Eleitoral, na pessoa do seu Presidente, Desembargador Leandro de Freitas Oliveira, e extensivo aos magistrados e funcionários, pela feliz iniciativa da realização do I Encontro TRE/Partidos Políticos, atualmente em curso.

Com efeito, aquela programação, trazendo luminares do sistema judiciário eleitoral para a apresentação de preleções sobre a atualidade eleitoral, constitui um poderoso incentivo ao aperfeiçoamento da prática política, requisito essencial à consolidação do sistema democrático no Brasil.

Por isso, expressamos o pedido de manifestação desta Casa em apoio a tão meritório projeto da Corte Eleitoral.

Sala das Sessões, em 24.06.91.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 1563

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, registro de congratulações pela posse do Deputado Algaci Túlio na Prefeitura Municipal de Curitiba.

Sala das Sessões, em 24.06.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Na condição de líder da Bancada do Partido Democrático Trabalhista - PDT e companheiro do ilustre Deputado Algaci Túlio, quero registrar o nosso regozijo e também dos demais Pares da Bancada Brizolista com assento nesta Casa, pela atitude corajosa e destemida ao assumir a Prefeitura da Capital no último dia 22, pelo nobre Companheiro Deputado Algaci Túlio.

Registro aqui minha satisfação e alegria em participar da Bancada de companheiros do quilate de Túlio, que não se intimidou com balelas de impedimentos, que só existe na cabeça de pessoas que não se preocupam com a boa administração da nossa Capital e da Região Metropolitana de Curitiba.

Com Algaci Túlio na Prefeitura, Jaime Lerner poderá até, se necessário, prorrogar sua estadia no exterior, representando dignamente nosso Estado e País, como o melhor administrador público já conhecido.

REQUERIMENTO N° 1541

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a consagração em ata dos trabalhos da presente sessão, de voto de congratulações ao jornal O Diário do Norte do Paraná, pelo seu 17° aniversário de fundação, que se dará na data de 29 de junho em curso.

Curitiba, segunda, em 24.06.91

Sala das Sessões, em 24.06.91.

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

A informação faz parte do desenvolvimento de um município, mas a arte de informar é um privilégio de poucos.

Cada vez mais a imprensa ganha importância em nosso contexto econômico, político e social. Nunca é demais destacar o seu papel na formação da opinião pública, a ressaltar o significado dessa contribuição.

O Diário do Norte do Paraná cada vez mais se impõe como autêntico porta-voz do Noroeste paranaense, graças ao seu conteúdo informativo e a seriedade de sua linha editorial, gerado por uma equipe de profissionais responsáveis e vibrantes, tornando-se assim credor da nossa admiração e respeito.

A eles, Maringá e a Região muito estão a dever.

Assim sendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, apresento este requerimento de congratulações ao jornal O Diário do Norte do Paraná, antes de tudo como forma de homenagear toda a imprensa, reconhecendo sua destacada e exemplar vocação para o trabalho, característica que tem permitido que a cada momento Maringá galgue posições de destaque no cenário regional, e também dando sua expressiva contribuição para o engrandecimento deste rico e imenso Estado.

REQUERIMENTO N° 1545

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja enviado pedido de informações à Secretaria de Estado da Segurança Pública, no sentido de que nos seja fornecido o número de servidores existentes no Quadro Próprio da Polícia Civil em atividade, por categoria, tais como: delegado, escrivão, detetive, agente, carcereiro e outros; os critérios para a lotação dos mesmos nas Delegacias Distritais, Especializadas, Subdivisões e Delegacias em municípios com sede de comarca e outros; se nos municípios-sede de comarca os delegados para ali designados são do Quadro Próprio e de Carreira e os demais servidores necessários para o bom funcionamento da Delegacia também pertencem ao Quadro Próprio da Polícia; se existe algum tipo de critério para a contratação de assistentes de segurança para exercerem as funções em delegacias como se delegados fossem; poderiam ser designados para a função de Delegado funcionários pertencentes ao Quadro Próprio da Polícia Civil, por estarem mais familiarizados com o desempenho da função e/ou Oficial da Polícia Militar.

Outrossim, gostaríamos que nos fosse informado se o previsto no Estatuto da Polícia quanto ao ocupante do cargo de delegado em sede de comarca vem sendo cumprido.

Aguardamos as informações ora solicitadas, conforme previsto no art. 90 da Constituição Estadual.

Sala das Sessões, em 24.06.91.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

Os problemas de pessoal, equipamento e outros, são próprios de uma situação econômica que vem deteriorando os serviços públicos do País inteiro, e não seria diferente em nosso Estado, mesmo tendo uma Política das mais eficientes e corretas. Mesmo assim temos sentido que a distribuição ou lotação de profissionais treinados pela Escola da Polícia estão em falta em muitos Municípios causando sérios danos ao prosseguimento legal do processamento, tendo em vista que o inquérito é base do julgamento a ser desenvolvido pela Justiça.

Sabemos não ser possível em poucos meses dotar todas as Delegacias de Polícia de pessoal treinado em próprio do Estado, mas gostaríamos que houvesse uma melhor distribuição quando da lotação do pessoal. Existem delegacias de Municípios sede de Comarcas que nem sequer um dos funcionários são do Quadro da Polícia, causando sérios prejuízos aos reclamantes da ação da Polícia e por conseguinte da Justiça.

Gostaríamos que o Sr. Secretário de Estado da Segurança por ser um profissional altamente categorizado se empenhasse em atender a reivindicação de toda a população do Paraná, melhorando o atendimento nas Delegacias, de modo geral, provendo as mesmas de pessoal capacitado.

Contando com a colaboração e bons préstimos esperamos receber em tempo hábil as informações solicitadas por ser uma cobrança que nos é dirigida diariamente por muitos paranaenses, e assim poderemos melhor informá-los quanto a real situação da nossa Polícia.

REQUERIMENTO N° 1536

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas obrigações regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Roberto Requião de Mello e Silva, DD. Governador do Estado do Paraná e ao Excelentíssimo Sr. José Moacir Favetti, DD. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando maior empenho e atenção no sentido de proporcionar melhores condições de trabalho aos policiais, civis e militares de Maringá, para obtenção de imediatas soluções aos problemas enfrentados pela popu-

lação daquele Município.

Do presente, requer ainda se dê ciência ao Prefeito Municipal e aos vereadores de Maringá.

Sala das Sessões, em 24.06.91.

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

A população de Maringá sente-se insegura, e revoltada.

O quadro de violência nos últimos meses, lamentavelmente foi dos mais ativos. Registros de assaltos a pessoas, assaltos a residências, estupros, roubo de carros, crescimento do uso e do tráfico de drogas e arrombamentos de residências.

Vândalos e marginais estão em constante atividade, destruindo, depredando e arrasando o patrimônio público, principalmente as escolas, pondo em risco a segurança de pais, professores e alunos.

As polícias militar e civil devem alaborar em conjunto um plano de ação para levar a tranquilidade de volta aos lares dessas pessoas, através de um patrulhamento intensivo, realização de mais blitz, construção de delegacias nos bairros mais violentos, etc.

É disto que a população ordeira e trabalhadora de Maringá precisa, e é exatamente e que reclama há tempos.

Sabemos que são muitas as atribuições do Governo, que são grandes as exigências em todos os setores. Há a saúde, há a educação, há a construção e manutenção de estradas, apoio à produção e uma gama de questões, cada qual com sua exigência específica. Mas é necessário observar que a segurança pública está afetada direta e exclusivamente ao Estado, e a ele a população recorre.

É preciso oferecer o melhor, até porque sem segurança há risco em todas as outras atividades. É preciso investir mesmo, com disposição, nesta área.

Não podemos admitir que milhares de cidadãos sejam deixados à mercê da criminalidade, que cresce a cada dia ante a certeza da impunidade.

REQUERIMENTO N° 1537

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após manifestação do Plenário, o envio do expediente ao Governo do Estado, encarecendo a doação de um veículo ambulância para a Rede Feminina de Combate ao Câncer - Regional de Maringá, situada à Rua Nêo Alves Martins, 3190.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao Vereador ARISTIDES CONTEÇOTTO - Câmara Municipal de Maringá, e a entidade que se pretende beneficiar.

Sala das Sessões, em 24.06.91

(a) JOÃO PREIS.

JUSTIFICATIVA:

A solicitação ora feita, prende-se ao fato de havermos recebido reivindicações neste sentido do Vereador Aristides Contegotto de Maringá.

Segundo justificou, o trabalho cumprido por essa entidade tem conotação das mais relevantes. Entretanto, embora o significativo alcance e o fato de o atendimento estar efetivamente direcionado ao segmento de baixo poder aquisitivo da população, os recursos disponíveis são poucos, principalmente os oriundos do poder público.

Não fosse a abnegada dedicação de sua Diretoria, a obra certamente já teria cerrado suas portas.

O atendimento a esta reivindicação virá em benefício de uma vasta região polarizada por Maringá.

REQUERIMENTO N° 1544

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, o envio de expediente oficial ao Diretor Presidente da Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá - COCAMAR manifestando elogios pela criação de seu condomínio têxtil envolvendo a construção de quatro tecelagens no Norte do Paraná.

Sala das Sessões, em 24.06.91

(a) EURIDES MOURA.

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento visa destacar e enaltecer uma iniciativa privada que vem ao encontro dos anseios públicos de desenvolvimento da agroindústria no Estado do Paraná.

É um projeto de tecelagens regionais com a construção de quatro fábricas de tecido plano; em Paranavaí, Astorga, Nova Esperança e Presidente Castelo Branco. Cada unidade pretende criar mil novos empregos indiretos e em conjunto pretendem utilizar todo o algodão do Paraná pois atualmente apenas 15 a 20% da produção é industrializada no Estado.

Essa iniciativa da COCAMAR vem dar prosseguimento a manifestações anteriores já demonstradas nesta Casa de Leis em que se propugnou por meio deste Deputado a aprovação dos demais, pelo desenvolvimento da agroindústria, principalmente do algodão.

Estamos diante de uma grande iniciativa que tirará o Paraná da posição de exportador de matéria-prima, dinamizando em seguida a indústria da confecção. Produzirá, ao final de 1992, 1,2 milhão de metros de tecido plano por mês para confecção de calças e camisas. A região norte destacará-se como pólo têxtil com as benéficas consequências para a economia do Estado.

REQUERIMENTO N° 1546

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, seja enviado expediente ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, determinando a instalação de uma Seção do Instituto de Criminalística na 5.ª Subdivisão Policial de Pato Branco, sendo que desde a construção do atual edifício sede a Subdivisão existe um bloco especialmente reservado para a instalação e funcionamento do Instituto Médico Legal, Instituto de Identificação e Seção do Instituto de Criminalística, sendo que até então, após 12 anos de espera, a Seção de Criminalística ainda não foi instalada. A falta desse serviço especializado muitos transtornos tem causado em casos de investigação que carecem de perícia técnica, devendo ser encaminhadas para Cascavel ou Curitiba, retardando os procedimentos usuais de inquérito.

Sala das Sessões, em 24.06.91

(a) CARLOS SIMÕES.

JUSTIFICATIVA:

A região Sudoeste carece dos serviços próprios do Instituto de Criminalística, que se fazem necessários para atender casos próprios desses peritos. Existem casos que se tornam insolúveis devido a demora das análises solicitadas aos Institutos de Cascavel e Curitiba, que se encontram abarrotados de serviços e que em muitos casos devolvem as provas ou peças do inquérito determinando que se nomeie peritos leigos ou particulares o que foge das determinações efetivamente legais e próprias da Polícia. Assim, clamamos pela urgência da instalação do serviço especializado de peritagem em Pato Branco.

REQUERIMENTO N° 1547

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, seja enviado expediente ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública solicitando o envio de equipamento para atender as necessidades prementes existentes na 5.ª Subdivisão Policial de Pato Branco, sendo Viaturas, viaturas tipo camburão e viaturas para investigação; bem como a lotação de servidores tais como, escrivães, agentes e detetives.

A solicitação se prende ao fato de a citada subdivisão estar defasada em número de pessoal para o bom andamento dos serviços e com equipamentos velhos, em estado precário, não sendo possível um bom desempenho das funções policiais que a população merece.

Sala das Sessões, em 24.06.91

(a) CARLOS SIMÕES.

JUSTIFICATIVA:

A população de Pato Branco e região vem há muito solicitando maior atenção por parte dos órgãos de segurança, o crescente aumento populacional gera uma série de problemas, que se não for melhor equipada a Polícia em material humano e veículos e outros próprios, o atendimento torna-se prejudicado.

Solicitamos os bons préstimos do Senhor Secretário de Segurança no sentido de atender os reclamos da sociedade patobranquense bem como dos próprios policiais que ali prestam serviços, determinando o envio dos equipamentos necessários, bem como a lotação de pessoal necessário para o bom andamento dos trabalhos.

REQUERIMENTO N° 1548

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, seja enviado expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de solicitar seu empenho para que se efetive uma reivindicação da população da região litorânea, principalmente atendendo solicitação da comunidade de Morretes, a construção da Rodovia Garuva-Morretes, já prometida desde 1986.

Sala das Sessões, em 24.06.91

(a) CARLOS SIMÕES.

JUSTIFICATIVA:

Os investimentos em construção de rodovias em nosso Estado são urgentes, se faz necessário implementar junto ao Governo Federal solicitações para a co-participação na construção de trecho da Rodovia Garuva-Morretes, visando maior rapidez no transporte de carga e barateamento de frete, economia de tempo e maior segurança no tráfego de veículos que se dirigem ao litoral.

Objetivando atender aos reclamos da população da região e dos usuários das estradas aí existentes, é que conclamamos ao Secretário dos Transportes empenho para que se concretize esta obra.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 261/91

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE IPORÃ, neste Estado.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.06.91

(a) DIRCEU MANFRINATO.

JUSTIFICATIVA:

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais

de Iporã, constituído para fins de coordenação, proteção e representação legal da categoria, encontra-se em perfeito funcionamento e cumprindo suas finalidades estatutárias, não remunerando seus membros diretores, nem distribuindo lucros, vantagens ou bonificações a dirigentes, associados ou mantenedores, sob nenhuma forma, prestando ainda assistência gratuita de suas finalidades.

A entidade presta assistência social aos seus associados, além de atendimento médico-hospitalar e farmacêutico, razão pela qual apresentamos este projeto de lei que, se aprovado por esta Casa, contribuirá para que a mesma desenvolva melhor suas atividades.

PROJETO DE LEI N° 262/91

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO VICENTE DE PAULO DE CIANORTE, do município de Cianorte/PR.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.06.91

(a) DIRCEU MANFRINATO.

JUSTIFICATIVA:

A SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO VICENTE DE PAULO DE CIANORTE, declarada de Utilidade Pública Municipal através da Lei n° 1014/87, de 13 de maio de 1987, é uma sociedade civil de caráter filantrópico e presta assistência gratuita à pessoa carente e sua família, sem distinção de cor, raça, religião, nacionalidade, seja na promoção humana, auxílio na educação escolar, vestuário, alimentação, assistência médico-hospitalar e farmacêutica.

Apesar das contribuições, a entidade encontra muitas dificuldades na manutenção de seus serviços, uma vez que os recursos são escassos, razão pela qual apresentamos este projeto de lei que, se aprovado por esta Casa, contribuirá para que a mesma desenvolva melhor suas atividades.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Ovídio Constantino.
(Ausente).

Ainda no Pequeno Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Eurides Moura.

O SR. EURIDES MOURA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Dias atrás quando falamos no Grande Expediente em nossa conversação versamos a respeito do que se produziu e se industrializou no ano de 1990, em nosso Estado, especialmente falamos da produção de algo-

dão, que o Paraná produziu na última safra- 856.000 toneladas, beneficiou em pluma 292.000 toneladas e deste número apenas de 15 a 20% foi industrializado em nosso Estado.

Hoje estamos requerendo à Mesa Diretora dos trabalhos o envio de expediente à Cooperativa Agropecuária de Maringá- COCAMAR, cumprimentando pela criação de quatro indústrias de tecelagem e o nosso requerimento tem o seguinte teor:
(Lê o Requerimento n° 1546, já publicado no Expediente).

Como vêem, Senhores Deputados, naquele nosso pronunciamento destacávamos a condição de Estado produtor de matéria-prima, lamentavelmente, porque produz o Estado do Paraná apenas 50% dessa produção e é industrializada em nosso Estado e agora com este avanço, com este ideal da Cooperativa Agropecuária de Maringá, provavelmente nós teremos a condição e industrialização da totalidade do algodão que produz no Estado do Paraná.

É mais Receita de ICM, é mais oferta de empregos e claro um melhor nível de vida para os trabalhadores e o conseqüente aumento de Receita no Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Werwig) - No Pequeno Expediente ainda, com a palavra o Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Governo do Estado do Paraná vinculou na imprensa nacional em dia da semana passada, propaganda do nosso Porto, situando-o como o mais barato na comparação feita com Portos da Bélgica, Alemanha e França.

Exportar via terminal de Paranaguá custa, segundo informe do Governo do Paraná, em dólares, três dólares e noventa e um cents por tonelada para o feijão soja, e três dólares e cinqüenta e seis cents por tonelada para o farelo.

Eu gostaria aqui que os Senhores acrescentassem 10% sobre estes valores pois na confecção deste pronunciamento, logo após, houve um aumento de 10% na tarifa portuária.

Na guerra pela competição o anúncio que convida o empresário do comércio internacional a optar pelo porto público de Paranaguá, porque se o preço é um dos mais leves do mundo e definitivamente oportuno e aqui gostaríamos de congratular com o Secretário Fábio Campana que realmente a sua propaganda vinculada em todos os jornais do Brasil surtiu efeito.

Isto quer dizer que a sua Secretaria está cumprindo com o seu papel. Oportuna e inválida a tese privatista que tenta infundir na consciência nacional que os Por-

tos brasileiros além de lerdos têm os custos mais altos.

O que preocupa a este Deputado é que os 3,91 dólares e 3,56 dólares para o custo por tonelada para a soja e o farelo, respectivamente, parecem retratar a verdade sobre estes valores, posto que a Associação Profissional das Entidades Estivadoras de Paranaguá e Antonina- APEEPA, em documento enviado ao Sindicato dos Armadores- SYNDARMA, fornece outros valores, como segue:

1) - Demonstrativo dos custos para embarques de Feijão, Soja em Paranaguá:

Taxas Portuárias - três dólares e setenta e nove cents.

Estiagem - quarenta e sete cents de dólares.

Despesas do terminal - um dólar e oitenta e oito, perfazendo um total de seis dólares e catorze cents por tonelada.

(Lê):

2) - Farelo de soja:

Taxas portuárias US\$ 3,42 p/TM

Estivagem..... US\$ 0,47 p/TM

Despesas Terminal..... US\$ 2,07 p/TM

TOTAL..... US\$ 5,96 p/TM

As despesas de terminal, referem-se a armazenagem, segur- desembaraço aduaneiro, certificados de peso e qualidade, origem, ISS, PIS/FINSOCIAL, Imposto de Renda e Encargos Administrativos.

Como se nota os valores do Porto e da APEEPA não batem, ao contrário.

Torno a manifestar aos nobres pares da minha preocupação, porque já estou cansado dessa parlapatice pela imprensa porque, esse chamamento, essa procura de novos clientes (que deverão vir) esconde, por outro lado, uma questão muito séria.

O Governo da gestão anterior, conduziu nosso principal terminal de cargas a um verdadeiro caos econômico, financeiro e administrativo, como vou demonstrar ao longo deste pronunciamento.

Inebriados com os resultados operacionais positivos e superavitários, os administradores de então, passaram a se preocupar com a aplicação do dinheiro produzido pela receita portuária e esqueceram de gerenciar o terminal, quando deixaram em postos importantes pessoal sem qualificação, que não souberam fazer as devidas avaliações do desempenho do porto, sua realidade produtiva, sua capacidade de gerar recursos renováveis, ou se a tarifa em vigor, remunerava convenientemente os custos da APPA.

Por causa desses devaneios financeiros, a APPA que ainda não possui uma apropriação de custos técnicos à altura da

grandeza do terminal, simplesmente abriu mão de uma correção tarifária que lhe era devida e fora autorizada tendo em vista os altíssimos níveis inflacionários vividos pelo País.

Qualquer contador saído dos bancos escolares sabe que uma tarifa deve cobrir custos e conseguir liquidez...

Pois muito bem.

Com o advento do Plano Collor, a ciranda financeira, que só favorecia os especuladores, como o porto havia se transformado, deixou de existir e o resultado foi uma realidade cruel.

Entretanto, os administradores da época, não haviam percebido que toda a renda das aplicações financeiras se esvairia se o porto não construísse um arcabouço capaz de sustentar o tamanho de suas necessidades.

O dinheiro arrecadado com a receita bruta passou a não cobrir as despesas fixas da APPA, como pessoal, material, serviços de terceiros, encargos diversos etc.

Hoje a situação da APPA em termos econômico/financeiro é dramática, porque:

01 - Necessita de um reajuste tarifário e esse vai se contrapor aos preços anunciados e oferecidos pelo Governo do Estado, na busca de novos clientes.

Esse reajuste é imperativo que saia o mais rápido possível, porque as cargas manipuladas no item serviços de capatazias (trabalho executado pelos arrumadores) não tem contrapartida tarifária.

A tarifa em vigor aplicada pela APPA cobre, conforme estudos, apenas 40 por cento do salário do trabalhador avulso, ficando sem cobertura os outros 60 por cento e o pagamento de toda a estrutura da APPA (Funcionários, luz, encargos, combustíveis, equipamentos, depreciação etc).

Diante de uma situação assim delineada a APPA se obrigou a deixar de atender seus compromissos... inadmiáveis e de monta;

2) - Seu déficit em 31 de maio passado, foi de Cr\$ 576.369.053,55 agravado com o déficit crônico do Porto de Antonina que foi de Cr\$ 23.419.459,24;

3 - Independente desses valores, a APPA deve ao Governo Federal,

- Adicional de 1%

Fundo de Depreciação.... 938.113,86

- Fundo de Reembolso de

Dragagem.....142.133.187,48

- Adicional tarifa Por-

tuária- ATP.....686.983.581,80

TOTAL DA DÍVIDA.. CR\$ 830.054.883,14

São mais de oitocentos e trinta milhões de cruzeiros, que o Governo do Paraná está devendo ao Governo Federal, valores de maio;

4 - Não estão contabilizados nesse de-

monstrativo os valores correspondentes à dívida do Porto com a Prefeitura Municipal de Paranaguá, que está acima de um bilhão de cruzeiros.

5 - Como se não bastasse esse quadro financeiro, existe um outro de características sociais muito sério.

Os arrumadores não concordam com a redução em sua remuneração adotada pela Diretoria Portuária, além é claro, do descontentamento dos próprios servidores da Autarquia, aborrecidos pela queda de seu poder aquisitivo e pela nova invasão de estrangeiros, que vêm ao Porto ocupar cargos importantes sem estar devidamente habilitados para eles:

6 - Outra situação que chama atenção diz respeito ao Porto de Antonina. É inaceitável o que está acontecendo naquele Porto.

O Porto há oito meses não movimenta uma única tonelada e a administração anterior que deveria ter se preocupado logo que constatou o problema, nada fez para corrigir a injusta ausência de trabalho naquela cidade, cujos problemas sociais são grandes;

7 - Para arrematar toda essa preocupação, que traz o desassossego às famílias que vivem em função do bom desempenho portuário e de suas exportações maciças de grãos, a movimentação este ano, está muito mais baixa do que era esperada. Isso agrava mais a situação financeira da autarquia, em Paranaguá;

8 - Um bom argumento esse, o da queda no movimento de cargas. Todavia, se tivéssemos uma demanda de cargas como em anos anteriores, o Porto correria o risco de ficar em dificuldades operacionais.

Porque, da capacidade nominal de três mil toneladas/hora nos embarques pelo corredor, os "ship-loaders" estão trabalhando com apenas seiscentas toneladas, justamente porque, as instalações não foram cuidadas como deveriam. Faltou a limpeza e a manutenção;

9 - Antes de completar e para ser justo, não posso deixar de reconhecer que a APPA tem a receber do BADEP, cerca de duzentos e vinte e um milhões de cruzeiros restantes daquelas aplicações e estão retidos face o inadimplemento junto ao Governo Federal.

Esse dinheiro vai ser difícil resgatar "apesar da APPA ter se habilitado frente ao organismo competente".

Senhores Deputados,

Essa é a situação dramática do Estado. Esse Porto, quando não haviam tantas ingerências e injunções era um dos que possuíam melhor índice de produtividade por metro quadrado... no País.

Era um Porto superavitário.

Era administrado com consciência téc-

nica e administrativa. Um dia nomearam o Senhor Francisco Deliberador Neto que ainda continua prestando seus serviços ao Estado, e o Porto regrediu. Segundo os Portuários, mais de trinta anos...".

Senhores Deputados, em meados de 1.989, o Senhor Francisco Deliberador Neto rejeitou uma tarifa de 33%. Com isso, o Porto perdeu em 90, Cr\$ 1.283.000.000,00 e até maio de 91, Cr\$ 1.079.000.000,00, somente com a perda daria para pagar toda a dívida municipal. A receita do Porto de Paranaguá, em 1.990 foi de Cr\$ 3.889.692.761,22. Até maio de 1.991 foi de 3.237.303,153,39. Com todos esses valores, com tudo isso, o Porto de Paranaguá é um porto deficitário, é um Porto que deve, somente no ano de 1.991, perto de seiscientos e sessenta milhões de cruzeiros.

Não bastasse isso, as novas medidas aprovadas pela Superintendência dos Portos de Paranaguá e Antonina, junto à Secretaria dos Transportes e junto ao Governo do Estado, ocasionaram que hoje o Porto de Paranaguá, não existem amarradores, não existem pessoas que trabalhem além do seu horário de trabalho. Por isso, a cada hora que o navio perde, se perdem quinze mil dólares para o Estado do Paraná.

Minha gente, o que eu estou pedindo aqui é que realmente nos levantemos e conversemos, independente de partidos e achemos uma solução para o Porto de Paranaguá. A primeira e a mais viável: colocar gente capacitada, no maior terminal que o Brasil tem.

Antes de encerrar, eu gostaria de mandar um recado ao Secretário da Educação. Em reunião feita no início do Governo, dentro da cidade de Paranaguá, perante mais de cem Diretores de escolas, o Secretário dizia que o Governo Requião, não haveria "jeitinho" e parece que isso não está acontecendo, parece que os desmandos já aconteceram e nós já provamos esse desmando na Secretaria de Educação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedemos a palavra ao Deputado Rafael Greca de Macedo.

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO - Senhor Presidente, Senhores Deputados; esta Assembléia se defrontará no dia de amanhã, caso não se resolva a questão entre a Presidência da Comissão de Constituição e Justiça e a Presidência da Casa, com um paradoxo.

O Projeto de Lei n° 215/91, do Governo do Estado, que pretende transformar em autarquias todas as fundações estaduais, mereceu Parecer da Comissão de Constituição e Justiça da Casa sobre a sua manifesta inconstitucionalidade. Nem os Deputados do

Governo, presentes à reunião da Comissão, tiveram coragem de desautorar os dois professores de Direito Administrativo Pedro Henrique Xavier e Romeu Bacellar Filho, um professor da Universidade Federal do Paraná e o outro, professor da Pontifícia Universidade Católica e da Faculdade de Direito de Curitiba e da Escola de Magistratura do Paraná sobre a manifesta inconstitucionalidade, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal e do artigo, salvo engano, 53 da Constituição do Estado, de que só se pode criar autarquia por lei específica, ou seja, uma lei para cada caso. E o estatuto de cada uma destas autarquias, especificado, sob pena desta Assembléia passar um cheque em branco para o Governo e cancelar a sua própria função legislativa.

O dia é de São João Batista. Todos sabem a história deste Santo. Foi aquele de quem se serviu a cabeça numa bandeja, depois que Herodes, o Antigo, não o contemporâneo, fascinou-se com a sensualidade de uma dança oriental, feita num harém de Jerusalém.

O tempo dos que somos poderosos, momentaneamente poderosos, é um tempo de tentações. Aliás, os Deputados propensos a cederem às tentações do harém moderno, que talvez não se traduza pelos movimentos da dança, mas se traduza por algumas dificuldades musicais, harmoniosas, que se possam tecer nos espaços do Palácio Iguazu, não nos autoriza a entregar a cabeça da Assembléia na bandeja para o Governador.

O momento, a inspiração do dia de São João Batista, pede que a Assembléia se faça ativa e exija do Governo do Estado, uma lei para cada autarquia, uma lei para cada fundação que se transforma em autarquia. Porque senão, o Governador vai definir por decreto, depois, o estatuto de cada uma destas autarquias e qualquer do povo poderá acusar esta Assembléia de omissão e até pedir por inconstitucionalidade o nosso "empeachment" enquanto colégio, que abre mão de seus deveres constitucionais, abre mão do seu juramento de defender a Constituição do Brasil e a Constituição do Paraná.

Eu quero felicitar o Senhor Deputado Durval Amaral pelo seu voto favorável ao que era lógico e de direito na Comissão de Constituição e Justiça.

E quero dizer, ainda, uma coisa: nós fomos conversar com o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, Juiz Indalécio Gomes Neto. Eu e alguns Deputados da Comissão de Justiça desta Casa. Não cria a Lei 215/91 em bueiro, aonde o Governo do Estado possa jogar a sua dívida trabalhista com as fundações do Estado. Não é a autarquização que vai, num passe de mágica, como seria de gosto do Governante que quer

assumir só o ativo do Governo do Paraná, não querendo assumir o seu passivo pretérito, não há criação de um bueiro com essa Lei, de um limbo onde se jogue o famoso saldo da tal indústria das indenizações trabalhistas, para usar uma dolorosa expressão para nós, trabalhistas, que andou frequentando a mídia aí. Porque se há uma indústria das indenizações trabalhistas há um motor de má vontade nessa indústria, e foi o próprio motor do Governo do Estado que por muito tempo recusou o que era devido aos trabalhadores, que estão ganhando agora, na Justiça de Trabalho, numa sucessão de causas.

Então são duas questões que se colocam diante dessa Assembléia:- Deve um projeto considerado inconstitucional pela Comissão de Constituição e Justiça vir à pauta, ou deve ser arquivado? Porque aí, Senhor Presidente e Senhores Deputados, me sentiria menos personagem de um teatro de marionetes, quando estou na Comissão de Constituição e Justiça, se toda vez que se manifestar o Parecer o Projeto seja arquivado.

E a outra questão é fundamental, esta sim fundamental: - Deve a Assembléia aprovar o que é contra a Constituição, ou não?

O tempo é de São João Batista, Herodes haverá sempre, em todos os Palácios, prontos a abrir os haréns para seduzir aqueles mais fracos. No entanto é manifesta a vontade dos homens de bem, cada vez que avançam as instituições, de dizer, como João Batista, que há uma raça de víboras, sepulcros criados por fora e podres por dentro, a quem é preciso saber dizer, mesmo que estejam nos Palácios que não é lícito desejar aquilo que não é devido, seja mulher do irmão, como foi o caso de Herodes de Jerusalém, seja o Poder, que é desta Assembléia, como é o caso do moderno Herodes do Paraná, não se matem inocentes.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.
(Lê):

"A moralidade e a transparência de governo foram amplamente divulgadas pelo então candidato a governador Roberto Requião durante a sua campanha política.

Que em seu governo, os seus auxiliares desde o mais humilde servidor até o mais graduado trataria da coisa pública com seriedade que o público usuário seria respeitado e que a hierarquia seria obedecida a qualquer custo.

E nada disso está acontecendo. Senhores Parlamentares e Povo do Paraná tornou-se somente retórica de palanque em comícios

de enganação eleitoral.

Em todas as partes verificamos que a incompetência e desrespeito, a falta de seriedade e a quebra de hierarquia é uma constante em quase todas as repartições do Estado.

O pior que essa quebra de hierarquia é incentivada pelo próprio Governador do Estado.

Um exemplo típico desta situação dentro do Estado é o Chefe da Divisão dos Serviços Transportes Comercial - DSTC, um moço com nome meio afrancezado GERMINAL POCA.

Como já é de conhecimento de todos o DSTC é quem gerencia o transporte intermunicipal de passageiros do Estado do Paraná.

Essa repartição é apenas uma divisão de Diretoria de Apoio Rodoviário aos Municípios, integrante do Departamento de Estradas de Rodagem.

Como podemos notar, o DSTC é uma repartição de 5º escalão dentro do organograma do Governo Estadual.

No entanto, o seu chefe, o Senhor GERMINAL POCA, possui "status" superior a de Secretário de Estado, uma vez que não se reporta à sua chefia imediata.

De tudo o que faz e que pensa só presta justificativas ao Governador do Estado, transformando dessa maneira, a sua simples divisão em órgão superior.

Além disso, empavonou-se de tal maneira em seu gabinete que dificilmente recebe alguém e quando o faz, é GROSSEIRO e desrespeitoso. Tanto isso é verdade, que a própria imprensa tem denunciado essa sua tendência "de ser mais importante que o rei" dando verdadeiros "chás de banco" nos repórteres, nos usuários e outros segmentos da sociedade que, necessitem obter informações a respeito do transporte intermunicipal. Não atende, e não deixa ninguém atender.

No entanto Senhores Deputados, existe uma classe que ele adora receber, acertaram, é a classe dos Empresários, que operam as linhas de longo percurso. Injusto seria dizer que ele atende todos os Empresários Intermunicipais.

Ele só atende os mais poderosos. Os demais ele ignora, principalmente os pequenos.

Uma prova cabal desse protecionismo é o fato de que o aumento de passagens para as linhas de longo percurso foi decretada muito antes da tarifa para as linhas da Região Metropolitana quando sempre saíram juntas. Fora isso, foi concedida na calada da noite pois nem sequer foi comunicada à imprensa como era costume fazer e com certa antecipação.

Por isso, os usuários do transporte de longo percurso foram pegos de surpresa.

Durante a campanha política, Senhores Deputados, o Governador disse que iria permitir que o povo paranaense fosse explorado pelos maus empresários. No entanto, em sua primeira tarifa, não retirou do preço das passagens o percentual correspondente aos valores das encomendas transportadas nos ônibus, e isso rende aos donos das empresas, rende uma quantidade maior e os ônibus poderiam, praticamente, andar vazios.

E eu pergunto aos Senhores Deputados: Incompetência do chefe?

Cumplicidade?

Incoerência administrativa?

O valor das encomendas é tão grande, que se o ônibus fosse operado sem transportar passageiros, o empresário ainda teria lucro.

Assim, mais uma promessa de campanha que não é cumprida. Ao verificarmos esse protecionismo, esse desrespeito aos usuários, saíamos atrás de outras informações, e o que soubemos, por ser demais escabroso e difícil de acreditar, merece ser denunciado desta tribuna.

Queremos deixar claro que não estamos dando demasiada importância a esse chefe de divisão de 5º escalão, mas achamos importante defender o usuário do Transporte Intermunicipal, que infelizmente, caiu em mãos de incompetentes.

Soubemos que a fiscalização do transporte coletivo não está sendo gerenciado de acordo com as necessidades dos passageiros, e que os fiscais em sua maioria, estão abandonados no interior do Estado, a mercê dos grandes grupos empresariais e por isso não executam suas obrigações com muito ênfase, uma vez que o atual chefe de fiscalização, sediado em Curitiba, não é do ramo. Por isso, os ônibus andam superlotados, sujos e atrasados, e, além disso, na minha região - talvez na região de vocês não aconteça - é melhor andar na rua sem guarda-chuva do que andar nos ônibus daquela empresa.

Quem mais sofre com isso são os passageiros que estão pagando pelos excessos praticados pelos empresários ou pela carência encoberta pelos mesmos e pelo DSTC.

Tanto isso é verdade, que a Ouvidoria do Estado tem recebido contra esse chefe de 5º escalão, várias denúncias sobre os seus maus procedimentos, e no entanto, parece que foram todos arquivados, pois o referido senhor se diz protegido pelo Governador.

Se a Ouvidoria foi criada para fiscalizar os descabros administrativos, não pode deixar de tomar medidas contra os chamados "protegidos".

Senhores Deputados.

Muito embora Deputado de oposição, devo reconhecer que no Governo passado - in-

formações que tenho - o transporte intermunicipal esteve sempre bem gerenciado, através de pessoas competentes e coerente e o DSTC possuía um corpo técnico de alto nível.

Hoje, infelizmente, o mesmo não acontece. Com um chefe incompetente e cheio de grandezas, que permitiu a evasão dos melhores técnicos, que superlotou o DSTC de apadrinhados leigos no assunto, sentimo-nos antevendo um futuro bastante negro para um transporte coletivo.

O Sr. Ernani Pudell - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento).

Agradeço o aparte.

Talvez poucos se deram conta da gravidade da denúncia que Vossa Excelência levantou neste momento. Todos sabemos que uma das "máfias" - digamos assim - mais bem articuladas do Estado do Paraná, das mais poderosas, cujo interesse econômico é por demais importante, é exatamente a que atua no setor de transporte coletivo de passageiros na área intermunicipal.

Causou-me espécie e muita preocupação saber, por exemplo, que na planilha de custos, segundo informações de Vossa Excelência, não se computam os valores e a receita decorrente do transporte de encomendas. Quem utiliza o transporte coletivo intermunicipal, sabe que os ônibus têm hoje uma estrutura para levar encomendas muito grande, o volume é extremamente grande. Tive oportunidade de ler um manifesto de encomendas que estava nas mãos de um motorista, quando me dirigi a Cascavel, e pude constatar que a receita das encomendas era o dobro da receita dos passageiros.

Vejam bem, se este dado não está sendo computado no custo como receita, estamos diante de um roubo. Não existe outra expressão.

Mais do que isto. Será que estão devidamente computados, por exemplo, os ganhos financeiros? Porque estas empresas operam mediante pagamento a vista e numerário, sequer cheque recebem. Mais do que isto, até quando os usuários do Paraná ficarão submetidos aos interesses das empresas de ônibus? Hoje, se não se comprar uma passagem com quase 24 horas de antecedência, não se tem garantia nenhuma de que haverá transporte. Para os empresários, o interesse é andar com ônibus superlotado para dar lucro. Temos que exigir do Governo do Estado transparência sobre as planilhas de custo.

Quero aqui levar uma sugestão a Vossa Excelência: que entre com requerimento - que certamente será subscrito pela nossa bancada também - no sentido de que o Presidente do DSTC, o Diretor, forneça ime-

diatamente a planilha de custo para que esta Assembléia possa analisar.

Fundamentalmente, estamos em vias de aprovar uma regulamentação no transporte coletivo intermunicipal no Paraná. É preciso acabar com este monopólio dos capitalistas de cartório. Temos que acabar com isso.

Temos que colocar nessa Legislação, em primeiro lugar, o interesse do usuário, para que ele seja bem servido, um serviço de qualidade ao menor preço possível; esse é o princípio que deve reger a relação entre o Estado e os empresários de transporte. Mais do que isso, temos que exigir que essa legislação seja discutida amplamente com a sociedade, em especial os usuários. É fundamental que, nas planilhas de custo, haja pelo menos, a fiscalização e a interferência do Poder Legislativo, para que se acabe de uma vez por todas com essas maracutaias que são feitas em gabinetes a portas fechadas, e depois se manda a conta para o povo pagar.

Muito obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI - Por esses motivos, requeiro à mesa que esta minha exposição e denúncia, cuja cópia entregarei, seja aceita como requerimento formal, para que a douta Comissão de Fiscalização e Controle desta Casa, convoque o Secretário de Estado, o Diretor do DER e o Chefe do DSTC, para prestar esclarecimentos.

Tenho sido procurado por dezenas de pessoas, pelo que notei, as pessoas acreditam neste Parlamentar - me desculpem, Senhores Deputados Governistas, se não estou sendo agradável, mas prefiro cumprir com meu dever. Não podemos aceitar de forma alguma, de que sábado, na minha região, verifiquei um ônibus com 120 passageiros, chovendo dentro. É a pergunta que faço a nós, Deputados: será que o aumento das tarifas, não deveria ser assunto tratado por nós que somos representantes do povo? Peço aos Senhores, quantos votos tem o Senhor Germinal Pocá, para exercer esse poder tão grande perante a sociedade paranaense?

Espero obter apoio de todos os Senhores Deputados, porque isso aqui atinge diretamente o bolso do cidadão mais humilde e mais pobre.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Doutor Rosinha com a palavra.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Nos últimos dias, novamente tem saído na imprensa algumas notas a respeito da questão do BADEP. Declarou o Senhor Governador, no dia 15 passado, que o BADEP foi

quebrado por malversação pública, provavelmente esquecendo o Governador que, nos últimos anos, a malversação pública do dinheiro foi feita justamente por governadores oriundos do PMDB e principalmente o último, Álvaro Dias, o qual todos conhecem como foi a administração e o cuidado que ele teve a respeito das verbas públicas.

Diz ainda o Governador, que na questão do BADEP não é fundamental a quebra dele no que diz respeito à dívida da Cidade Industrial. E começa também a se falar que o Senhor Governador recebeu o Senhor Atala para negociar a dívida, e que, saindo desta audiência, declarou o Senhor Atala e o Governador - todos em acordo - que a dívida não é de duzentos e sete milhões de dólares, e sim vinte e sete milhões, dez vezes menos.

Aqui na Assembléia Legislativa, no mês de janeiro deste ano, concluiu os trabalhos uma Comissão Especial Interpartidária, que definiu, que colocou a dívida da Cidade Industrial, era naquela época, de cerca de 18,6 bilhões de cruzeiros. Diz ainda nesta Comissão, que a dívida do Atala é superior a duzentos e quarenta milhões de dólares; e não somente os vinte milhões que ele vem declarando agora.

O que significa isso? Significa mais um golpe, mais uma enrolação em cima da população do Estado do Paraná. Nós sabemos que enquanto existem os usineiros do Nordeste o nosso usineiro no Paraná se chama Volnei Atalla e que desde que ele constituiu e construiu a sua usina os nossos governantes vêm protelando a cobrança dessa dívida, vêm mentindo à população e vêm sendo rígido em relação ao BADEP, em relação ao dinheiro público, mas não têm rigidez nenhuma em cobrar ao Senhor Atalla.

Por que que o Estado, fiador dessa dívida não faz uma intervenção e cobra do Senhor Atalla, requisitando que ele coloque como as garantias da dívida que é sua usina, suas terras e sua fazenda?

Se tivesse a mesma rigidez que teve em relação ao BADEP, o Senhor Governador faria isso agora com certeza, pegando as terras e as propriedades do Senhor Atalla para que cobrisse a dívida e tem mais: o Senhor Governador Álvaro Dias e o Governador Roberto Requião sabem perfeitamente que na época que foi licitada a liquidação do BADEP teria que pagar a dívida que lá constava.

Disse ainda nessa comissão, o Senhor Eliseu Martins, um dos Diretores do Banco Central, quando perguntado a respeito do BADEP, declarou ele, o BADEP tem hoje mais dívidas do que ativos bons, isso lhe dá um patrimônio líquido negativo, que no final terá que ser assumido pelo Estado, portanto: tanto Álvaro Dias como Requião sabem que terão que assumir estas dívidas, por-

tanto nada mais é do que capricho o que eles têm feito na questão de destruir o BADEP.

Agora, nós temos certeza também que os Senhores Deputados que aprovaram a transferência do FDE do BADEP para o BANESESTADO, provavelmente estão todos arrependidos por cumprir uma ordem e um capricho do Senhor Governador, que só tem trazido prejuízos ao nosso Estado.

E no nosso entender, após essa reunião de Tony Garcia, Atalla e o Governador, diminuindo a dívida em mais de dez vezes, no nosso entender isso cheira mais um golpe, mais uma negociata do Governo para favorecer um setor da nossa sociedade, o setor mais rico em detrimento dos mais pobres e dos trabalhadores explorados pela cana de açúcar e pela usina do Senhor Atalla.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Senhor Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Na edição do dia 20.06.91, na página 13, verificando uma matéria no Jornal "Folha de Londrina", eu quero parabenizar esse jornal pela coragem de editar matéria sob o título "Tensão em Pinhal na batalha pela Terra".

Ter jagunços, ter milícias privadas armadas, milícias particulares por fazendeiros são notícias corriqueiras na nossa imprensa atualmente.

Estão querendo fazer um ato totalmente ilegal e imoral virar algo normal na sociedade em que nós vivemos hoje.

Nesta edição o Jornal "Folha de Londrina" publica cinco pistoleiros como se fosse uma cena de um filme de bang-bang ou um faroeste americano, estarecido olha-se para esse jornal e se vê com a maior naturalidade declarações do tipo que consta nesta matéria.

Na tarde de ontem, diz a matéria, a reportagem da "Folha de Londrina" esteve na Fazenda Santa Rita e fotografou um grupo de cinco jagunços, armados de revólveres e carabinas. Eles informaram que têm ordens expressas de atirar em quem tentar invadir a área, por revezamento montam guarda dia e noite e só é possível entrar na propriedade com indicação da senha do dia. O fazendeiro de nome Piôzinho disparou mais de setenta tiros contra os sem-terra naquele feito e nada foi feito. Ele continua solto. A cidade está armada, ou melhor, a cidade está tomada de pistoleiros e ninguém faz nada. O advogado Carlito Tomé, que há cinquenta e seis anos mora em Ribeirão do Pinhal prevê uma situação insustentável com muitas mortes por disputas de terras no município. Não é novidade que

Curitiba, segunda, em 24.06.91

os fazendeiros estão se armando até os dentes, tanto que uma carabina que custava cento e vinte mil cruzeiros, custa hoje mais de duzentos. Outro dia chegou uma pessoa com o bagageiro cheio de armas na cidade, provavelmente contrabandeadas e vendeu tudo rapidamente. A informação também chegou na contratação dos guardas. A inflação também chegou na contratação dos guardas das fazendas que começou dos pistoleiros, que começou com um salário-mínimo e hoje o salário já é três, três salários-mínimos. Tomé confessa que os cinco jagunços que estão na Fazenda Santa Rita foram contratados em Pitanga com um salário superior a cinquenta e um mil cruzeiros. Mas aqui há gente de todo o lugar do Estado do Paraná e até de outros Estados, diz ele. Os fazendeiros ainda podem pagar, mas os médios e pequenos estão deixando de comprar adubo para investir em armas.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, é lamentável, é um absurdo o que vemos nesta matéria no Estado do Paraná. Acontecem brigas entre os próprios jagunços quando aqui o jornal menciona e um deles foi baleado por desentendimento entre os grupos de capangas e a culpa é jogada nos sem terra, nos acampados. Quando um pistoleiro aqui se apresenta erguendo a camisa e mostrando os ferimentos, as denúncias de que isto foi feito entre os próprios bandidos e agricultores...

(TÉRMINO DO TEMPO) .

Senhor Presidente, eu falo no Horário da Liderança do Partido dos Trabalhadores.

... e Liderança do Movimento dos Sem-Terra estão presos acusados de atirar no pistoleiro. O ferimento à bala do jagunço Dirceu, primeiramente foi apontado como um desentendimento com outro pistoleiro que também teria sido atingido e levado para fora da região. O próprio Promotor de Ribeirão do Pinhal, Adalto Reis, concorda com essa versão. Fatos como estes são publicados e fotos como esta, pistoleiros fazendo mira e treinamento como se fosse normal, como se isto fosse e pudesse ser feito com a maior normalidade.

Eu perguntaria se os guardas, se o grupo de milícias do Governo do Estado ou a Polícia Militar que invadiu o DCE há poucos dias aqui em Curitiba, prendendo estudantes que apenas tinham como armas a sua caneta, estão sendo deslocados para prender esses bandidos, que a imprensa publica com a maior normalidade, com a maior naturalidade. O xerife que estava há dias a prender bandidos contrabandistas, eu sugiro que seja feito da mesma forma para esses bandidos que aqui estão...

O Sr. José Afonso Júnior - Deputado, concede-me um aparte?

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Na sequência, Deputado. Eu estive também em contato com o Delegado Paim da Secretaria de Segurança, no final da última semana e estou aguardando uma resposta, sobre um fato ocorrido também com os assentados sem-terras no município de Pinhão, onde a Polícia Militar, à procura de criminosos de uma morte local, prendeu três lavradores, fazendo correr um deles por 2 km à frente do camburão da Polícia, acelerado, e depois colocados no camburão junto com mais 2 trabalhadores e levados até 10 km a pé pelas estradas.

Estou pedindo ao Delegado que ficou de nos informar hoje à tarde, informações que ele iria obter no Comando da Polícia Militar daquele Município.

Fatos como esse, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é de se lamentar no Estado do Paraná, quando a luta pela sobrevivência, a luta pela terra não é um problema específico, não é um problema de bandidos; não é um problema de formar milícias, mas é um problema social que este País e que o Estado, os políticos e o Governo não assumem como um problema social, e que os próprios fazendeiros latifundiários não assumem como um problema social e querem resolver à forma daqueles trabalhadores que passam miséria e que querem tirar o sustento da sua família e fazer o progresso do nosso Estado através da terra e da produção e querem concentrar poderes, concentrar terras em suas mãos para fazer dela uma mercadoria.

Não é de se surpreender quando nós ouvimos há alguns dias, não há muito tempo passado, a comunidade de Querência do Norte se revoltando, se manifestando e fazendo um abaixo-assinado contra o despejo das 300 famílias de trabalhadores que foram assentadas num latifúndio improdutivo e que estão lá fazendo o Município progredir, triplicando a sua produção e os alimentos para o povo do Paraná.

Quando será que os senhores fazendeiros, proprietários de terras vão se conscientizar de que a pequena propriedade vai produzir os alimentos e tirar o nosso País do buraco, vai deixar de ser um problema social e contratar jagunços para resolver o seu problema e não vai pensar no problema social?

Quando será que o Governo vai assumir isso que deixou há poucos dias várias áreas de terras no Estado do Paraná caducarem no processo de desapropriação por desinteresse para fazer a terra voltar à propriedade, a ser posse dos fazendeiros, áreas que já estavam com início de desapropriação começada pelo INCRA.

O Sr. José Afonso Júnior - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimen-

to).

Deputado Ovídio, eu conheço Vossa Excelência de perto, sei sua boa intenção, mas eu gostaria de prestar um dado neste momento quando Vossa Excelência levanta o problema de Ribeirão do Pinhal, necessariamente da Fazenda Itapemirim.

Eu estou acompanhando de perto e quero dizer a Vossa Excelência que a Fazenda Itapemirim não é uma fazenda que está lá para a especulação imobiliária, a fazenda tem apenas 89 alqueires. Eu sei - e o que nos deixa triste, e Vossa Excelência haverá de concordar comigo - que nós necessitamos fazer uma reforma agrária neste País e dar terra a quem não tem terra, mas de uma maneira muito ordeira e de uma maneira muito disciplinada. Mas o que está acontecendo hoje na Região de Ribeirão Claro é o inverso disso que estou colocando, uma vez que se invade uma propriedade de 89 alqueires, que não é nenhum grande latifúndio, e, se não bastasse isso, as pessoas que invadiram essa propriedade não apenas invadiram a terra propriamente dita, como venderam todo o café que estava na tulha para pagar o Banco do Brasil, como venderam os implementos agrícolas daquela propriedade, não esperando sequer um laudo de desapropriação do INCRA, e eu estive conversando no INCRA porque a região me diz respeito e o INCRA disse que o alto nível de produtividade daquela terra vai levá-lo a dar um laudo contrário às pessoas que lá estão invadindo.

Agora eu gostaria de fazer um apelo a Vossa Excelência de que até me convide para fazer parte desta reunião.

Eu acho que nós aqui do Paraná, devemos levantar realmente as pessoas que são oriundas da terra, aquelas pessoas que têm a mão calejada, aquelas pessoas que outrora foram pequenos agricultores, mas o que nós estamos assistindo hoje na região Norte pioneira, mais especialmente em Ribeirão do Pinhal, nós estamos assistindo pessoas que nem ligadas à terra estão fazendo parte dessas invasões, pessoas ligadas a outras atividades econômicas, hoje estão invadindo uma propriedade pequena de 89 alqueires. Aí eu pergunto a Vossa Excelência, se nós não tivermos garantido o direito de propriedade, se nós não tivermos garantido o direito sagrado de propriedade, aí sim, Deputado Constantino, nós estaremos numa bagunça geral, numa bagunça organizada e eu sei que Vossa Excelência, como Deputado que é, responsável que é pelo comando e destino do Paraná, não vai querer que essas coisas aconteçam. Por isso eu queria deixar esse dado a Vossa Excelência, que em Ribeirão do Pinhal estão acontecendo coisas ao contrário do que Vossa Excelência está colocando na tribuna.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Muito obrigado pelo aparte, mas tudo isso que Vossa Excelência coloca e argumenta, não justifica o que se vê nessa matéria de jornal, não se justifica criar milícias particulares, criar exércitos particulares, porque existe a lei para garantir isso que Vossa Excelência argumenta. Os trabalhadores do Paraná não querem terras de graça, querem que o Governo cumpra a função social da propriedade e da terra. Não querem de graça e nem tirar terras de ninguém, mas que se cumpra a lei e a vida é maior que o direito da propriedade, Deputado. A vida do povo, a vida de quem trabalha e de quem quer sobreviver, é superior, o direito à vida é superior ao direito de propriedade. Nós queremos confirmar. Não temos os detalhes. Nos baseamos nesta matéria, mas que o problema é geral e não justifica no nosso entendimento as argumentações...

O Sr. José Afonso Júnior - Por isso, Excelência, é que nós não podemos deixar que vidas inocentes sejam...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrado o horário de Vossa Excelência. Está com a palavra, o Senhor Deputado Mário Bezerra, no Grande Expediente.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Acredito que brevemente estará sendo discutido nesta Casa, o veto do Senhor Governador do Estado, na formação do Conselho que iria gerenciar o Fundo de Desenvolvimento Econômico, transferido do BADEP para o BANESTADO.

Esse veto esteve na Comissão de Justiça e fui nomeado para exarar o seu devido parecer. Como é matéria de fundamental importância para o Paraná, antes que o veto vá à votação, gostaria de colocar a Vossas Excelências, algo que viesse a clarear o entendimento de Vossas Excelências.

(Lê): Senhores Deputados:

Estamos novamente nesta Assembléia Legislativa, tratando do assunto que se refere à transferência do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, do BADEP para o BANESTADO, desta feita para apreciação do veto do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Roberto Requião, de parte do Projeto de Lei nº 10/91, aprovado por esta Casa no mês de abril do corrente ano.

Já naquela época, nos debates levados a efeito neste Plenário, notadamente as pauladas do PRN e do Partido dos Trabalhadores - PT, defenderam exaustivamente não só a permanência do FDE no BADEP, mas também o levantamento da liquidação extrajudicial desse Banco de Desenvolvimento e o seu fortalecimento como órgão de fomento das atividades produtivas em nosso Estado.

Como se sabe, o BADEP teve sua liqui-

dação extrajudicial decretada pelo Banco Central do Brasil em 05 de fevereiro do corrente ano, por solicitação formal do então Governador Álvaro Dias.

Esta atitude do ex-Governador, além de evidenciar um flagrante desrespeito à Constituição Estadual que estabelece a necessidade de autorização prévia desta Assembléia para a tomada de tal medida, o que não ocorreu, vem ocasionando sérios prejuízos ao nosso Estado com a paralisação das operações de financiamento às grandes, médias, micros e pequenas empresas paranaenses.

Contrariamente ao que foi dito na época, o Paraná está com todos os créditos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES suspensos, devido à liquidação do BADEP. A tão propalada Carteira de Desenvolvimento do BANESTADO que substituiria o BADEP é uma falácia e centenas de empresas estão com seus projetos paralisados como consequência de uma absoluta irresponsabilidade administrativa do ex-Governador Álvaro Dias, ratificada pelo atual Governador Roberto Requião.

Projetos da maior importância para a criação de empregos e incremento da arrecadação de impostos, representados por centenas de indústrias que estão deixando de ser implantadas, projetos que já estavam aprovados, cujas obras foram paralisadas com a medida da liquidação do BADEP.

Os jornais noticiaram e eu volto a lembrar a paralisação:

Do Projeto de Telefonia Rural de 100 milhões de dólares;

Programa de Armazenagem das Cooperativas;
Programa de Armazenagem de Pequenos Produtores Rurais;

Programa de Citricultura;

Programa de Irrigação da Região do Lago de Itaipu;

Projeto da Hidrelétrica de Segredo;

Projeto de Química Fina da Cia. Lorenz de Cianorte, minha cidade;

Programa de Renovação da frota de transporte coletivo de Curitiba;

Programa de Fiação de Seda e Algodão; Paraná Rural;

Programa de Criação de Animais de Pequeno Porte da Região Central do Estado, etc.

Aliás, com relação ao Programa de Criação de Animais de Pequeno Porte, vale lembrar que o referido Projeto foi elaborado e encaminhado pelo BADEP ao BNDES, achando-se os recursos aprovados naquela instituição, atendendo o BADEP a uma reivindicação dos então candidatos à reeleição, que certamente devem grande parte de suas reeleições à eficiente atuação do BADEP.

Fica muito difícil entender porque agora estes Deputados têm votado contra o BADEP, como por exemplo quando da votação

da transferência do FDE ao BANESTADO.

Decididamente nenhum Governo tem o direito de submeter um Estado de honrosas tradições como o nosso a um vexame nacional como o patrocinado pelo nosso Governador em sua recente polêmica com o Presidente do BNDES, Dr. Eduardo Modiano.

É simplista e infantil querer e pensar o Governador do Paraná que o BNDES efetue liberações de financiamentos às empresas do Paraná através do BANESTADO, enquanto perdurar a liquidação do BADEP. O BNDES sempre teve o maior respeito pelo BADEP, posto que este sempre teve uma conduta ilibada como agente financeiro, chegando a ostentar nos anos de 1989 e 1990 a condição de maior aplicador de recursos do BNDES do País.

O BNDES conhece bem e não se deixa enganar pelo ex-Governador Álvaro Dias e agora por Roberto Requião, que querem macular a imagem de um Banco sério com alegações espúrias que muitas vezes podem até enganar a opinião pública, mas jamais enganarão aqueles que detêm o conhecimento da realidade em toda a sua extensão. Ademais, o BNDES possui créditos vencendo no BADEP, da ordem de 500 milhões de dólares, que no regime de liquidação extrajudicial são quirografários, o que vale dizer, passíveis de recebimento somente no final do processo de liquidação, que poderá se estender por cinco e até dez ou quinze anos.

Pergunta-se então, porque o BNDES iria abrir o crédito novamente ao Governo de um Estado que lhe está aplicando um calote de tamanha grandeza?

O BADEP somente deixou de efetuar os pagamentos ao BNDES a partir do mês de dezembro/90, porque o Governo do Estado do Paraná deixou de honrar seus compromissos com o Banco, que representavam à época, 130 milhões de dólares, para um passivo da ordem de 200 milhões de dólares. Aliás, poucos paranaenses talvez saibam que o segundo maior devedor inadimplente do BADEP é o próprio Governo do Paraná, após o Grupo Atala, que o Senhor Álvaro Dias queria colocar na cadeia. Será que é só o senhor Atala que deveria ir para a cadeia?

O caso do BADEP é um engodo, mas que está custando muito caro à comunidade paranaense. Sua liquidação foi deliberadamente provocada.

A revista "Istoé/Senhor" em sua edição de 06 de março/91, às páginas 20, 21 e 22, traz interessante reportagem - que lamentavelmente os nossos jornais nem sempre têm a coragem de abordar - a respeito da atuação do então Governador Álvaro Dias. A referida reportagem traduz em toda sua amplitude, a antipatia que o ex-Governador nutre pelo BADEP e os seus motivos, principalmente dois: a recusa da Banco em

aprovar, em épocas diferentes, duas operações que teriam sido altamente lesivas aos interesses do Banco e do próprio Estado do Paraná, ou seja, a construção da FERROESTE com recursos do Estado; e a célebre operação das empreiteiras, de cerca de 160 milhões de dólares. Esta, efetuada depois pelo BANESTADO - e é motivo de um rombo monumental naquela instituição - pendente até esta data e se constitui em séria ameaça à saúde financeira do "Banco do povo do Paraná".

Quanto ao projeto da FERROESTE, o escândalo é tão grande, que o próprio Governador Requião está reavaliando a situação. Trata-se de um projeto extremamente interessante para a Região Oeste e Sudoeste do Paraná, e tecnicamente bem elaborada, mas sem nenhuma consistência do ponto de vista de recursos financeiros. Quando o BADEP colocou-se contra a sua aprovação no segundo semestre do ano passado, frustrou esta instituição de uma jogada de cunho eleitoreiro às vésperas das eleições, patrocinada pelo então Governador Álvaro Dias, e o então candidato Roberto Requião.

A vingança veio logo em seguida e fulminante, mas está custando e custará mais caro ainda ao Estado do Paraná que sem dúvida ficará mais atrasado em relação aos demais Estados brasileiros, que estão estimulando o desenvolvimento de suas indústrias e atraindo a instalação de outras, graças a atuação de seus Bancos de Desenvolvimento.

Com a paralisação do BADEP, todos perdem:

- perde o Banco Central;
- perdem os empresários paranaenses que não podem mais contar com o repasse de recursos federais a longo prazo para a implantação e ampliação de seus projetos industriais;
- perdem os pequenos produtores rurais que não contam mais com os financiamentos do FINSOCIAL;
- perdem os assentamentos de "sem-terras";
- perde o BANESTADO, que terá que lançar como prejuízo mais de 10 bilhões de cruzeiros de certificados de depósitos interbancários - CDI's do BADEP;
- perde o Governo do Paraná, que se acha incapacitado a incrementar a arrecadação de impostos; e
- perde a população assalariada, que disporá de menor número de novos postos de trabalho, que era o aspecto social que mais interessava a atuação do BADEP.

Eu desafio, neste momento, principalmente aqueles Deputados que dão seu apoio cego às teses espúrias do Governo, a citar uma vantagem sequer para o Paraná, para sua população ou para quem quer que seja, decorrente da liquidação do BADEP. Citem apenas uma vantagem. Quanto às desvanta-

gens, além daquelas já citadas, eu ficaria aqui horas citando outras.

Até quando vai persistir a cumplicidade dos representantes do povo com assento nesta Casa?

Quanto ao BANESTADO, os Anais desta Casa registram um discurso do Deputado Nelson Justus, no mês de abril do corrente ano, quando discutíamos o assunto FDE, em que ele abordava os prejuízos daquele Banco com a liquidação do BADEP. Tudo o que foi previsto naquele discurso, efetivamente vem se confirmando.

A revista "Veja", trouxe recentemente, reportagem onde o BANESTADO se apresenta como um dos campeões em prejuízo no presente exercício financeiro, em todo o País. Com a liquidação do BADEP, a ineficiência e fragilidade do BANESTADO tornaram-se mais evidentes. Na verdade, o BADEP era uma usina de fabricação de lucros para o BANESTADO. Este fazia repasses de grandes volumes em certificados de depósitos interbancários ao BADEP, a taxas escorchantes, engordando ficticiamente seus balanços, enganando seus acionistas, 48% deles investidores privados.

O Governo do Paraná, segundo maior devedor do BADEP, não lhe pagava; o BANESTADO captava dinheiro no mercado e emprestava ao BADEP a taxas altíssimas.

Agora, com muito mais esforço, não resta outro caminho ao Governo, senão admitir o seu erro, assumir o pagamento de sua dívida para com o BADEP, compondo-se com a Prefeitura Municipal de Curitiba; realizar uma negociação responsável com o Grupo Atala e restaurar o funcionamento de um Banco, sem o qual o Paraná não pode ficar. Eu digo "com muito mais esforço" porque com a liquidação extrajudicial, criou-se um passivo trabalhista da ordem de 30 milhões de dólares no BADEP, que conforme está claramente demonstrado, era desnecessário.

Quem será que vai pagar esta conta?

Com a liquidação do BADEP motivada pelo descumprimento dos compromissos do Governo do Estado para com o Banco, deixaram de aportar no Estado cerca de 120 milhões de dólares de financiamentos, que provocariam investimentos na ordem de 240 milhões de dólares no setor produtivo paranaense, desde dezembro do ano passado.

Quem será responsável por este prejuízo?

Finalmente, solicito ao Presidente desta Casa, a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que seja conseqüente e investigue profundamente os aspectos que aqui estou abordando, tendo em vista a restauração da normalidade do sistema financeiro estadual, e a punição dos responsáveis pelo verdadeiro caos a que foi submetido o Estado do Paraná."

O Sr. Rafael Greca - Me permite um aparte? (Assentimento).

Já são quase dez minutos que Vossa Excelência indagou dos Deputados que dão sustentação ao Governo, neste Parlamento, que citassem uma vantagem, só uma vantagem da liquidação do BADEP e o silêncio persiste - cúmplice solene, sorrateiro - na Bancada que dá sustentação ao Governo.

Neste sentido, felicito Vossa Excelência pelo seu pronunciamento, porque embora pareça matéria esgotada, a função de fomento do desenvolvimento do Paraná não pode ser esquecida.

E, o recente atrito, teatral até por demais, do Senhor Governador do Estado com o Senhor Mondiano, em toda a mídia nacional, é doloroso para o Paraná, para nossa economia e para a própria organização do desenvolvimento do Estado e do sistema financeiro estadual.

Eu tenho só medo, Deputado e Senhores Deputados, que uma CPI sobre o sistema financeiro estadual, acabe esbarrando naquela mesma dificuldade que criou o economês, que se refugia na linguagem cifrada do sigilo bancário, e do falar próprio das instituições financeiras e que, numa certa forma, caia no vazio. Porque sempre que a Assembléia pergunta, eles não respondem baseados na idéia de que não podem colocar as instituições financeiras em risco.

Mas ainda assim o seu pronunciamento é de profunda coragem, e o silêncio que vem da parte da Bancada do Governo mostra, que pelo menos, para a história, Vossa Excelência está cumprindo com o seu dever. Já não se pode dizer o mesmo dos que calam, e calando, consentem.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhores Deputados, sou o relator do veto que o Governo emitiu. No artigo 2º do projeto remetido a esta Casa, da transferência do Fundo de Desenvolvimento Econômico do BADEP para o BANESTADO.

Esta Casa, através dos seus ilustres Deputados, emendaram o Conselho, acrescentaram mais alguns representantes dos segmentos produtivos do Estado, da classe de trabalhadores e, inclusive, a Casa acrescentou dentro do Conselho - os Senhores se recordam disso - a participação da Assembléia Legislativa através de um representante seu, um gerenciamento do Fundo que pertence ao BANESTADO. O Senhor Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, vetou a participação dos Deputados. Vetou a participação dos segmentos a nível de trabalhador. Vetou um argumento inconsistente.

O veto foi até a Comissão de Constituição e Justiça. O companheiro Deputado Durval Amaral relatou o veto. Argumentei,

na ocasião, ao companheiro Durval Amaral, que seus argumentos estavam inconsistentes para convencer os demais Deputados da Comissão de Constituição e Justiça. Baseado nisto, o parecer do Deputado Durval Amaral foi reprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, e o nobre Deputado Presidente da Comissão, Colombino Grassano, me nomeou para relatar o veto do Governador Roberto Requião.

Eu relatei. Mostro a Vossas Excelências o meu relatório. Amanhã, tenho certeza, este veto estará aqui, para apreciação de Vossas Excelências. Geralmente o veto não é lido na Assembléia. Gostaria que, após este discurso que levei a Vossas Excelências, Vossas Excelências atentassem ao meu relatório em cima do veto do Senhor Governador do Estado, que não quer a participação de representantes da Assembléia e nem quer a participação de representantes da área trabalhadora.

A promoção de veto e exame manifestada pela Mensagem Governamental n° 138/91, de 16 de maio de 1991, objetiva vetar parcialmente o Projeto de Lei n° 10/91, referente à transferência do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, do Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná - BADEP, ao Banco do Estado do Paraná - BANESTADO.

O referido veto, incidente sobre o artigo 2°, que trata do Conselho, em seu parágrafo único, que é a constituição do Conselho propriamente dito, fundamenta-se no disposto no artigo 7°. O Senhor Governador se fundamentou no artigo 7°, parágrafo único da Constituição do Estado do Paraná e no disposto no artigo 173, § 1° da Constituição da República Federativa do Brasil, que sujeita as sociedades de economia mista ao regime da Lei n° 6.404/76, próprio das empresas privadas.

Muito bem. Da razão do veto tem competência para alterar a composição das entidades regidas pela Lei n° 6.404.

Anteriormente à análise da questão, há quem pense em separar a figura do gestor do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, do Fundo em si. O BANESTADO do Fundo em si. Vamos separar os dois. Um volume de recursos destinados à aplicação em desenvolvimento do Estado sem personalidade jurídica. O Fundo não tem personalidade jurídica. O BANESTADO sim.

O regime jurídico instituído pela Lei Federal n° 6.404, que rege em princípio as atividades do BANESTADO, apenas por reflexo atingem o Fundo. Saliente-se, outrossim, que o BANESTADO encontra-se subordinado às normas baixadas pelo Conselho Monetário Nacional, autorizado pela Lei Federal n° 4.595, em seu artigo 4°, inciso VIII, a regular a constituição, funcionamento e fiscalização das instituições fi-

nanceiras que compõem o sistema financeiro nacional. Ou seja, o BANESTADO, como personalidade jurídica, está sujeito a esta lei, mas o Fundo não está.

A Lei n° 6.404, bem como a Lei n° 4.595, e as Resoluções baixadas pelo Conselho Monetário Nacional, em momento algum proíbem a constituição de conselhos de financiamento nas sociedades por elas regidas, mesmo porque devem ser criados todos os órgãos ou mecanismos à consecução dos objetivos sociais. O Fundo de Desenvolvimento Econômico foi criado pela Lei Estadual n° 4.529 que, por sua vez, foi revogado pela Lei Estadual n° 5.515. Todas as aplicações do Fundo devem ser programadas por aquele Conselho, organizado na forma do artigo 7° do referido Diploma Legal, dispositivos estes plenamente vigentes.

Cabe ressaltar, Senhores Deputados, que o veto incidente no artigo 2° do Projeto de Lei n° 10/91, não implica na revogação do artigo 1°, parágrafo único, tencionando exclusivamente o Senhor Governador impedir os trabalhadores de participarem do Conselho de Investimento. Nada proíbe que os trabalhadores também participem do Conselho. É constitucional, está na nossa Constituição Estadual.

O veto governamental no disposto do parágrafo único do artigo 7° da Constituição do Estado do Paraná, diz: "salvo as exceções previstas nesta Constituição, é vedada a qualquer dos Poderes delegar atribuições, sendo que, quem foi investido na função de um deles, não poderá exercer a de outro, salvo exceções". Dessas exceções é que os Deputados podem participar. Nota-se que a própria Constituição Estadual prevê a delegação de atribuições entre os Poderes do Estado, o Legislativo trabalhando dentro do Executivo. Parágrafo Único - "a política de aplicação desses recursos a que alude esse artigo, será definida por comissão composta paritariamente de representantes do Poder Executivo e Legislativo, das classes produtoras e trabalhadoras".

O Senhor Governador alega em seu veto que é inconstitucional a participação de Deputados no Conselho, mas a própria Constituição do Estado do Paraná, no seu parágrafo único do artigo 142, diz que: "será definida a comissão composta paritariamente de representantes do Poder Executivo e Legislativo, das classes produtoras e trabalhadoras".

Acrescente-se se for oportuno, que a Constituição Federal, no seu artigo 54, ao proibir a participação de Deputados, Senadores, em sociedade de economia mista e congêneres, porque o Senhor Governador se atenta à Lei Federal. Então - atenção neste aspecto - acrescente-se se for oportuno, que a Constituição Federal, em seu ar-

tigo 54 ao proibir a participação de Deputados e Senadores em sociedade de economia mista e congêneres, refere-se especificamente à função, ao emprego remunerado, que não é o caso do Conselho de Investimento e do Fundo, cujos Conselheiros prestarão serviços gratuitamente, ninguém vai ganhar nada. Além do que, o veto governamental vem ao encontro da política de participação da comunidade organizada na gestão da administração do Estado, sempre apregoada nos compromissos eleitorais do Senhor Governador do Estado.

Senhores Deputados, o veto do Senhor Governador é inconseqüente. Ele quer eliminar a participação dos representantes da Assembléia e dos trabalhadores, argumentando na sua própria lei, ou seja, uma lei que não existe. A lei que existe dá o direito da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, participar, com seu representante, no gerenciamento deste Fundo, inclusive vai trabalhar com os "royalties". Então, quando for o momento do voto ao veto do Senhor Governador, eu gostaria que os Senhores, na cabine indevassável, se atentassem a esses detalhes, que acredito, estão complementando os conhecimentos que Vossas Excelências já têm, para que nós cumpramos a nossa função de legisladores, para que nós não aceitemos um veto inconsistente e que não tem nada a ver com a lei. A Assembléia, votando contra o veto do Governador, amanhã - se o Presidente colocar na pauta este veto - votando contra, estará dando uma demonstração para o Paraná, de que os Deputados são firmes nas suas atuações aqui dentro e que nós não aceitamos leis inconsistentes e que não convencem ninguém.

O Sr. Paulo Maia - Aparte.
(Assentimento).

Vossa Excelência cita muito bem esse fato do BADEP, quando Vossa Excelência coloca essa preocupação de ter aqui o voto dos Deputados contrários a essa proposta de veto da participação da Assembléia e de outros segmentos da sociedade. Obviamente que, para esta Casa ser coerente com aquilo que aprovou por unanimidade aqui, ela deve derrubar o veto do Governador, porque senão nós vamos mostrar de fato que a nossa finalidade aqui não é representar os anseios do Paraná, mas ter receio das posturas do Governador do Estado do Paraná; ou então nós temos que ser francos e dizer para o Paraná afora de que nós não estamos aqui para representar os interesses do Paraná, mas sim para representar os interesses do Governador.

Nós devemos dizer sim sempre ao Governador, porque nós temos medo da repressão por votarmos contra a matéria que interessa ao Paraná, e Vossa Excelência levantou

Curitiba, segunda, em 24.06.91

um assunto bastante sério, que é a aprovação desta emenda que veio, não da nossa parte, mas da parte de sustentação dos Parlamentares nesta Casa: do próprio Governo.

Então, para que se mostre a coerência do que aqui foi aprovado pela Casa, nada mais correto de que todos tenham consciência de que é fundamental que se derrube o veto do Governador, a proposta que Vossa Excelência faz neste momento.

Parabéns.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Muito obrigado.

O Sr. Ernani Pudell - Vossa Excelência me permite um aparte?
(Assentimento).

Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Obviamente tenho certeza que a bancada governista não vai admitir esse veto, até por uma questão de preservar a honra, a dignidade.

Essa composição do Conselho foi fruto de uma negociação política. Foi fruto, inclusive paternidade, da própria bancada governista. Eu tenho certeza que acima dos interesses e do dever de fidelidade do Governo, esta bancada deve ter fidelidade com a sua própria honra, com a sua própria dignidade, e se estar acima da fidelidade para com o Governo. Mais do que isto, essa medida do Governador é coerente com uma série de práticas que vêm sendo adotadas e que visa exatamente afastar a sociedade, afastar os segmentos da sociedade da interferência na discussão e na decisão sobre a aplicação dos recursos do Estado.

É óbvio que o Governo pretende aplicar sozinho, como bem entender, às escuras, entre quatro paredes, os recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico, que pela sua importância, a sua aplicação é tão importante que interessa a todo o povo do Paraná e não apenas a uma diretoria eleita pelo BANESTADO.

Nós temos o gravíssimo precedente da utilização do Banco do Estado do Paraná como Caixa 2 do Governo, quando da construção de várias obras e, em especial, obras rodoviárias feitas sem dotação orçamentária, que foram construídas às vésperas, dinheiro liberado às vésperas de campanhas eleitorais, numa atitude absolutamente nebulosa, uma prática nebulosa que até hoje não foi devidamente esclarecida. Poderíamos acrescentar também, que há uma tentativa muito clara de abafar, de procurar esconder a situação financeira real do Estado. Nós temos uma CPI aprovada, de Finanças nesta Casa, e até esse momento não se reuniu para fazer o seu trabalho, que é uma investigação profunda nas contas do Estado.

Quero crer, Deputado Bezerra, com toda

sinceridade, que a bancada governista dirá um não sonoro a esse veto. Eu até acredito que esse silêncio que eles manifestam aí, seja um sinal de concordância com a posição que Vossa Excelência está levantando aqui.

Então, tenho certeza que a bancada governista saberá agir com dignidade neste caso.

Muito obrigado.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Para concluir, eu vou citar o artigo 142 da Constituição Estadual, que permite a participação da Assembléia e dos trabalhadores na composição deste Conselho.

Eu acho que a medida mais correta do Governo seria levantar a liquidação do BADEP, nós não temos nenhum banco de investimentos. É uma teimosia que ninguém sabe porquê.

O artigo 142 diz o seguinte:

"As parcelas de recursos asseguradas, nos termos da Lei Federal, ao Estado, como participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais, no seu território, ou como compensação financeira por essa exploração, serão aplicadas e distribuídas na forma, nos prazos e nos critérios definidos pela lei complementar estadual.

Parágrafo Único - A política de aplicação dos recursos a que alude esse artigo será definida por comissão composta paritariamente de representantes dos Poderes Executivo e Legislativo, das classes produtoras e trabalhadoras."

Então é perfeitamente constitucional a nossa participação. Eu faço um apelo a todos os Deputados da bancada do Governo, sem querer enveredar pelo caminho ou pelos caminhos da briga político-partidária. É a consciência acima de tudo para que todos nós lutemos para que, no mínimo, esse conselho tenha a participação e o gerenciamento dos Senhores Deputados e dos senhores trabalhadores.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Muito obrigado, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário das Lideranças. PTB com a palavra. (Declina).

PL. Com a palavra o Deputado Colombino Grassano.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A imprensa nos últimos dias tem registrado agressões ao empresário Ricardo Amaral que tem a sua indústria instalada no município de Arapongas, a Nortox. Acompanho o crescimento e os serviços prestados

por esta empresa desde o seu início, porque quando do meu segundo mandato de Prefeito Municipal ofereci àquela empresa, imóvel em condições para que ela se instalasse no município de Arapongas. E hoje a Nortox S/A é responsável por mais de 50% do ICMS gerado no município de Arapongas. É a maior empresa de defensivos agrícolas do País de capital eminentemente nacional. Conheço a luta, o denodo, a capacidade de trabalho, a agressividade comercial do Senhor Ricardo Amaral e do seu pai, Osmar Amaral, homens dedicados ao trabalho, homens que enfrentaram as maiores dificuldades que lhes foram oferecidas por grandes multinacionais, e hoje a Nortox é um patrimônio deste Estado, mais do que uma empresa eminentemente araponguense. Para que os Senhores Deputados e essa Presidência possam atentar pela importância que representa a Nortox e o conceito que ela detém no nosso município é que a Câmara Municipal de Vereadores de Arapongas por unanimidade dos seus membros acaba de votar moção de desagravo para o cidadão Ricardo Amaral, em cujos termos está vazada essa mensagem.

(Lê):

"MOÇÃO DE DESAGRAVO PARA O CIDADÃO RICARDO AMARAL"

Os vereadores à Câmara Municipal manifestaram-se publicamente em desagravo ao economista Ricardo Amaral, um dos proprietários da firma Nortox S/A, que, injustamente, vem sendo agredido pelo prefeito de Apucarana, Senhor José Domingos Sarpelini.

Diante das verberações do prefeito daquele município contra o Sr. Ricardo Amaral, os vereadores signatários deste documento sentem-se no dever de dizer que o Sr. Ricardo Amaral é pessoa íntegra, idônea e empresário competente. A sua empresa está instalada no Município de Arapongas e nunca teve em relação do Poder Público Municipal nenhum comportamento que pudesse beneficiar a sua empresa. Pelo contrário, obras que foram realizadas pela Prefeitura Municipal de Arapongas tiveram a sua ajuda material, sempre objetivando por melhores condições de vida ao povo do distrito de Aricanduva, local onde está instalada a firma Nortox S/A.

O Sr. Ricardo Amaral é empresário de destoante competência. Empresa que travou historicamente luta contra as multinacionais que pretendiam estancar a possibilidade de desenvolvimento na área dos defensivos agrícolas e fungicidas é a de sua propriedade.

É empresário que prega os valores de liberalismo, nunca pretendeu a proteção do Estado para o exercício de sua atividade, onde obteve graças ao talento do seu desempenho, conquista de tecnologia apreciável. Não é sem esforço e picardia que a

firma consegue exportar vultosa quantia do seu produto.

Pretender denegri-lo, como o faz o prefeito de Apucarana, é tarefa inadequada. Jamais encontrará ressonância na sociedade norte-paranaense.

Por ser o Sr. Ricardo Amaral um homem reto, probo, altruista em relação do Poder Público, não um sugador dos seus recursos é que comparecem os vereadores subscritores deste documento perante a opinião pública do Paraná para dizer que no mínimo o Sr. Ricardo Amaral está sendo agredido, com propósitos distantes da intenção aparente do agressor.

Esta moção foi aprovada por unanimidade dos Vereadores.

Arapongas, 19 de junho de 1991.

REINALDO SOARES DE SOUZA

Líder da bancada do PSDB

ANTÔNIO DE PÁDUA TADEU DE OLIVEIRA

Líder da bancada de PMDB

AFONSO LOURENÇO GARCIA

Líder da bancada do PL

ANTÔNIO PAULO ZANETTI

Líder da Bancada do PRN

DOMINGOS CABRAL

Líder da bancada do PDC

EURÍPEDES FORNAZIERI

Vereador do PL

IRINEU BERESTINAS

Vereador do PSDB

JOÃO FARIAS

Vereador do PL

MANOEL FRANCISCO DA SILVA

Vereador do PSDB

NELSON GUIDONI

Vereador do PL

OTHONIEL GONÇALVES

Vereador do PMDB

PAULO ROBERTO MARINO

Vereador do PL

VALDECIR ANTÔNIO SCARCELLI

Vereador do PMDB"

(Termina de ler).

Nestas condições, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não concebe, usando de recursos municipais, de recursos oficiais, pretender atingir a figura de um empresário que deve merecer por parte do Paraná a maior consideração e o maior respeito. Era o registro que tínhamos a fazer nesta tarde, nesta Assembléia Legislativa para ratificar o comportamento e a decisão da Câmara de Vereadores do Município de Arapongas.

Muito obrigado.

- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o PFL.
(Declina).
Com a palavra o PDT.
(Declina).
Com a palavra o PRN.
(Declina).

Curitiba, segunda, em 24.06.91

Com a palavra o PSB.

(Declina).

Com a palavra o PMDB.

Passa-se à Ordem do Dia.

- O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, no Horário do PMDB falará o Deputado José Afonso Júnior.

- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não é um pouco tarde?

- O SR. ORLANDO PESSUTI - Entendemos que ainda é tempo, Senhor Presidente.

- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Deputado José Afonso merece a nossa consideração, mas é um pouquinho tarde. Pode falar, Deputado.

- O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Senhor Presidente, agradeço pela consideração dispensada.

Senhores Deputados, Senhora Deputada. Prometo ser bem breve.

Só para elucidar a questão colocada pelo ilustre Deputado Ovídio com relação aos problemas enfrentados hoje pela região que eu represento aqui nesta Casa, que é o Norte Pioneiro. Nós, do Norte Pioneiro, não somos contra uma reforma agrária, desde que ela seja feita nos moldes, que dê condições de sobrevivência para os próprios assentados. O que quer dizer com isso? Que os assentados têm que ter a terra para poder plantar, para poder colher, mas não é o que acontece hoje no Norte Pioneiro. A propriedade invadida que Vossa Excelência defendia da tribuna é uma propriedade de 89 alqueires, uma propriedade produtiva, uma propriedade que eu tenho dados aqui da divisão fundiária do INCRA, a fazenda invadida tem 10 famílias morando que são assalariadas. Se nós assentarmos as famílias que estão invadindo aquela propriedade de 89 alqueires (nós só poderemos assentar 12 famílias, o que seria trocar 6 por meia dúzia) o que faríamos com as 10 famílias que lá estão recebendo o salário produtor, que é o proprietário daquela propriedade.

Insisto, Deputado Ovídio: houve roubos, secadores daquela fazenda foram roubados pelos assentados, motores, livros técnicos da biblioteca da fazenda foram roubados, a sede da propriedade foi invadida. É contra isso que nós não podemos aceitar. Nós somos favoráveis à reforma agrária, desde que ela seja feita de maneira disciplinada e de maneira consciente, mas não é o que está acontecendo no Norte Pioneiro. Nós não podemos aceitar que uma propriedade que tem laudo no INCRA, em que 76% da sua área é produtiva, seja invadida.

É por isso que nós estamos defendendo aqui com muita veemência e com muita certeza. Nós queremos, como disse o Governador Roberto Requião, que haja paz no campo, mas não podemos sob hipótese alguma, sob hipótese de nos acovardarmos, sob hipótese de não termos mais tranquilidade em lugar nenhum, nem nas próprias residências. E eu pergunto a Vossa Excelência: ai de alguém que adentrar no seu terreno, ai de alguém que entrar na sua residência, Vossa Excelência não permitirá essa invasão, da mesma maneira, é o que está acontecendo com este fazendeiro. Oitenta e nove alqueires, Ovídio, não é uma fazenda para especulação imobiliária, não é um grande latifúndio. Eu tenho aqui um outro dado, do INCRA: Das 12 propriedades que estão em andamento, dos 36 projetos de desapropriação em andamento no Paraná, a média é em torno de 1.200 hectares. Quer dizer, passou de 1.200. Logicamente o INCRA pode fazer um estudo, desde que essa propriedade não seja produtiva. Mas não é o que está acontecendo na Fazenda Itapemirim e, logicamente, meu querido amigo Deputado Ovídio, o fazendeiro tem que se preocupar com a sua propriedade, ele tem que fazer com que seus funcionários façam guarda em sua propriedade para que ela não seja invadida. Eu faria o mesmo na minha propriedade. Vossa Excelência faria o mesmo. Então, se nós deixarmos essa revolução que está sendo criada no Norte Pioneiro, tomar conta, onde inocentes úteis estão sendo usados para poder fazer esse tipo de desapropriação: as crianças, as senhoras, os idosos que estão sendo colocados na frente daqueles que, inclusive, Deputado Ovídio, eles contam até com metralhadoras, acudindo esses acampamentos. Então eu acho que essas pessoas também fazem parte de uma milícia. Eu acho que há abuso de ambas as partes. Tenho certeza que se nós sentarmos e fizermos uma negociação, com o laudo do INCRA, porque existe um compromisso dos sem-terras da região do Norte Pioneiro, de que se o INCRA declarasse que esta área fosse produtiva, eles lá deixariam essa propriedade e o INCRA está para dar esse laudo, dizendo que esta área é essencialmente produtiva.

Era a explicação que eu queria dar a Vossa Excelência e estou à disposição de Vossa Excelência para qualquer explicação e quero convidar Vossa Excelência para ir comigo lá na região para a gente ver de perto o que realmente está acontecendo. Obrigado.

O Sr. Ovídio Constantino - Peço um aparte a Vossa Excelência. Já solicitei anteriormente.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Eu já falei,

como diz o Presidente, tardiamente, e então agora eu não quero ser indesejável e deixo a tribuna.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEN DO DIA,
com a presença de 53 Senhores Deputados.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, comunicando que a partir desta data, reassume suas funções legislativas.- À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Rossoni, na qualidade de Líder do PRN, constante do expediente, comunicando que representará a bancada na Comissão Especial, destinada a encaminhar a discussão e estudos sobre a forma e regime de governo.- À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Orlando Pessuti, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, comunicando que representará a Bancada na Comissão Especial, destinada a encaminhar a discussão e estudos sobre o plebiscito imposto pela Constituição Federal para 1993, sobre forma de regime de governo.- À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Geraldo Cartário, na qualidade de Líder do PDT, constante do expediente, comunicando que representará a Bancada na Comissão Especial, destinada a encaminhar a discussão e estudos sobre o plebiscito imposto pela Constituição Federal para 1993, sobre forma de regime de governo.- À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Costenaro Neto, na qualidade de Líder do PFL, constante do expediente, comunicando que representará a Bancada na Comissão Especial, destinada a encaminhar a discussão e estudos sobre o plebiscito imposto pela Constituição Federal para 1993, sobre forma de regime de governo.- À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Brondy Silvério, na qualidade de Líder do PTB, constante do expediente, comunicando que representará a Bancada na Comissão Especial, destinada a encaminhar a discussão e estudos sobre o plebiscito imposto pela Constituição Federal para 1993, sobre forma de regime de governo.- À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Hermas Brandão, na qualidade de Líder do PSDB, constante do expediente, comunicando que representará a Bancada na

Comissão Especial, destinada a encaminhar a discussão e estudos sobre o plebiscito imposto pela Constituição Federal para 1993, sobre forma de regime de governo.- À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Colombino Grassano, na qualidade de Líder do PL, constante do expediente, comunicando que representará a Bancada na Comissão Especial, destinada a encaminhar a discussão e estudos sobre o plebiscito imposto pela Constituição Federal para 1993, sobre forma de regime de governo.- À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constantes do expediente. Necessitam de apoio.- Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

VOTAÇÃO EM

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 034/91, de autoria do Deputado DURVAL AMARAL e OUTROS, que estabelece critérios para a efetuação de repasse de recursos do Tesouro Estadual aos municípios, mediante a prévia assinatura de termo de cooperação, firmado para o pagamento de professores municipais que prestam serviços junto a Rede Estadual de Ensino, conforme específica. com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. à EMENDA DE PLÊNARIO, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 034/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Durval Amaral e outros, tem por finalidade estabelecer critérios para a efetuação de repasses de recursos do Tesouro Estadual aos Municípios, mediante a prévia assinatura de termo de cooperação, firmado para o pagamento de professores municipais que prestam serviços junto a Rede Estadual de Ensino, na forma que especifica.

O plano de lei recebeu emenda aditiva de Plenário, de autoria da Excelentíssima Senhora Deputada Emília Belinati, objetivando a inclusão de artigo ao projeto, nos termos retro explicitados:

"Art. 3º - Aos municípios que concederem outros benefícios, como cesta básica, vale-transporte, vale-refeição, a Secretaria de Estado da Educação repassará, através do Termo de Cooperação, recursos para que sejam estendidos aos seus conveniados."

Procedida à análise da emenda aditi-

Curitiba, segunda, em 24.06.91

va, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação processual legislativa, estando a emenda e projeto em condições de receber as considerações do douto Plenário desta Casa de Leis.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça, dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO da emenda aditiva e do projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.06.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

VALDIR ROSSONI

Relator

Aprovado do projeto, artigo por artigo, ressalvada a emenda.

Emenda com parecer favorável da C.C.J. Aprovada.

VOTAÇÃO EM

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 070/91, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que dispõe que os livros didáticos utilizados pelos estabelecimentos abrangidos pela Rede Estadual de Ensino, somente serão substituídos mediante expressa autorização do Conselho Estadual de Educação. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.E.C.E. por unanimidade. Com PARECER FAVORÁVEL ao SUBSTITUTIVO GERAL DE PLÊNARIO, por unanimidade.

PROJETO DE LEI Nº 070/91

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

Art. 1º - A escolha do livro didático será feita pelos estabelecimentos de ensino, através dos professores e especialistas de cada conteúdo ou disciplina, assegurada a discussão pelo colegiado escolar, levando em consideração:

a) compatibilidade com a proposta pedagógica assumida pela Secretaria de Estado da Educação.

b) Rigor científico, correção e atualidade dos conteúdos, socialmente acumulados.

c) Correção e atualidade nas concepções do mundo e dos fatos sociais nelas expressas.

d) Respeito aos direitos humanos e não veiculação de quaisquer preconceitos sociais, econômicos e culturais a respeito do homem em suas diferentes manifestações físicas, psicológicas, raciais e culturais, bem como a respeito do trabalho, classes sociais, raça e religião.

e) Desenvolvimento da postura crítica e reflexiva, da iniciativa e da criatividade do estudante.

f) Qualidade da ordenação, composição, diagramação e arte na apresentação dos conteúdos: durabilidade e resistência ao uso frequente e acessibilidade dos preços

dos títulos não constantes no programa de distribuição gratuita do Ministério da Educação.

Art. 2º - Uma vez selecionado e adotado pelo estabelecimento de ensino, o título do livro didático somente poderá ser alterado após o uso de quatro anos contínuos.

Art. 3º - A Secretaria de Estado da Educação providenciará junto à FAE, a reposição dos exemplares danificados à medida do necessário.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei, por decreto, no prazo de 90 dias a contar de sua publicação.

Art. 5º - Essa lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.06.91.

(a) ERONDY SILVÉRIO

Apoio: Nelson Garcia, Nilton Barbosa, Dirceu Manfrinato e Alceu Swarowski.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

PROJETO DE LEI Nº 070/91

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

P A R E C E R:

A emenda substitutiva geral ao Projeto de Lei nº 070/91, de autoria do nobre Deputado Erondy Silvério, que dispõe que os livros didáticos utilizados pelos estabelecimentos abrangidos pela Rede Estadual de Ensino, somente serão substituídos mediante expressa autorização do Conselho Estadual de Educação.

A emenda em tela tem por finalidade estabelecer a política sobre a adoção e uso do livro didático no Estado do Paraná.

No âmbito desta Comissão, nada há que obste a normal tramitação desta pelos órgãos competentes desta Casa.

Assim sendo, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela APROVAÇÃO da medida proposta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.06.91.

(aa) ALCEU SWAROWSKI

Presidente

RENATO ADUR

Relator

Aprovado o substitutivo geral, artigo por artigo.

VOTAÇÃO EM

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 074/91, de autoria do Deputado ALGACI TULLIO, que dispõe sobre a divulgação das apreensões de veículos automotores furtados. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e

C.S.P. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. à EMENDA DE PLENÁRIO, por unanimidade.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA APRESENTADA AO

PROJETO DE LEI Nº 074/91

P A R E C E R:

A emenda de autoria do nobre Deputado Luiz Carlos Alborghetti, prevê que a lista de veículos, de que trata o "caput" do art. 1º do referido projeto de lei, seja publicada em outros órgãos de comunicação no Estado, e não apenas no Diário Oficial do Estado.

Chamada a opinar, esta Comissão de Constituição e Justiça, não encontrou nada que obste a sua normal tramitação.

Nestas condições, somos de opinião FAVORÁVEL, pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.06.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente;

MÁRIO BEZERRA - Relator

PROJETO DE LEI Nº 074/91

VOTO EM SEPARADO À EMENDA APOSTA

A emenda em questão, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, objetiva estender a publicação determinada pelo art. 1º, do projeto em tela, a outros órgãos de comunicação no Estado.

Face a tal pretensão, entendemos necessária uma pequena e rápida digressão sobre a totalidade do objetivo pretendido, quer pelo projeto, quer pela emenda.

Inicialmente, não se pode perder de vista que a Constituição do Estado do Paraná assevera, no art. 46, que a segurança pública é dever do Estado, sendo exercida através das polícias Civil e Militar, para a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio. Trata-se de norma básica do ordenamento jurídico, a instituir um direito subjetivo do indivíduo, por força da própria finalidade a que o Estado deve perseguir, que é a do bem comum.

O indivíduo recolhe, então, os tributos devidos e espera, como contraprestação, que o Estado lhe assegure a incolumidade pessoal ou patrimonial, sem mais ônus de sua parte.

Indo além, deve-se reconhecer a existência de um limite, ainda que imperceptível à grande maioria, entre o campo da lei e o do regulamento de execução. Estabelecidos os órgãos competentes ao exercício das atividades inerentes à segurança pública, pela Constituição do Estado, cabe à lei complementar estruturar os referidos órgãos, definindo o âmbito de atuação de cada um, bem como suas atribuições básicas.

A partir de tal ponto, o Poder Execu-

tivo é o detentor da competência para editar os regulamentos de execução, necessárias à completa implementação e execução dos ditames constitucionais e legais. Destarte, o Poder Executivo editou decretos e resoluções instituindo os diversos departamentos encarregados da prevenção e repressão dos crimes de roubo, furto, apropriação indébita, e receptação de veículos automotores.

Os mesmos atos normativos regulamentam, em profundidade, o comportamento do órgão competente à repressão do furto de veículos, determinando a adoção de medidas, por parte das autoridades competentes, com vistas inclusive à comunicação obrigatória e imediata da recuperação de veículos apreendidos, constituindo-se em falta disciplinar grave a omissão de qualquer servidor quanto a tal fato.

Pelo exposto, verifica-se que a pretensão estabelecida no Projeto de Lei n° 074, que vem a ser ampliada pela emenda em tela, extrapola o campo adstrito a matéria de lei, para imiscuir-se em detalhamento de competência de ato normativo de execução, o que, à evidência, não é atribuição deste Poder Legislativo.

Ademais, considerando o mérito do assunto, é de se entender que tanto o projeto quanto a emenda virão a onerar o proprietário do veículo recuperado, quando determinam que este recolherá, através de documento fiscal, o correspondente às despesas de publicação.

Ora, se a Constituição determina ser a Segurança Pública um dever do Estado e um direito do indivíduo, torna-se contraditório e, portanto, inconstitucional, determinar-se ao indivíduo um pesado ônus, além do que já lhe é cometido por ocasião da subtração de seu patrimônio, para que arque com despesa que, além de não ter dado causa, é seu direito exigir a correta proteção por parte do Estado.

Se Resolução n° 974/82, da Secretaria de Segurança Pública, dá providências quanto aos fatos mencionados nas proposições ora apreciadas, o que se deve fazer é cobrar seu correto cumprimento, sem contribuir-se para o aumento de normas que elidam o espírito constitucional.

Diante do exposto, somos de parecer contrário à aprovação da emenda, quer pelo aspecto constitucional, quer pelo mérito da questão.

(a) JOSÉ TAVARES.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Para Encaminhar).

Senhor Presidente, Srs. Deputados. Com todo respeito ao Projeto de Lei n° 074/91, de autoria do Deputado Algaçi Túlio que dispõe sobre a divulgação das apreensões dos veículos automotores furtados, com Pa-

receres Favoráveis da C.C.J., e Comissão de Segurança Pública e com Parecer também à emenda que eu apresentei nessa Casa.

Agora, Srs. Deputados, eu analisei profundamente o parecer da Comissão de Justiça e analisei o voto em separado do Deputado José Tavares. Lendo o Parecer do voto do Deputado José Tavares, não foi com esta intenção, Srs. Parlamentares, que eu entrei com esta emenda. Por isso é que eu concordo com o Parecer do Deputado José Tavares. Vou lhes dizer por quê. Porque nós estaríamos criando uma taxa no Estado do Paraná, para o cidadão que teve um fusca roubado e abandonado numa delegacia qualquer deste Estado. E que o delegado, talvez, não tenha condições de se comunicar com a Secretaria de Segurança Pública, e passar à Secretaria Pública, digo, à Secretaria de Segurança Pública que o carro está abandonado no pátio de uma delegacia.

A minha emenda, Srs. Deputados, foi uma emenda com o seguinte objetivo: eu gostaria que todas as delegacias de polícia do Estado do Paraná onde houver um veículo roubado, estiver sendo usado como "cabrita", como nós dizemos na gíria policial, estiver sendo usado como denunciou a Folha de Londrina, recentemente, que um delegado da polícia Federal estava usando um carro roubado para diligências na cidade de Londrina. A minha emenda ao projeto é que isto não aconteça mais, no Estado do Paraná. Mas, eu não quero que o cidadão que tenha o seu carro roubado pague uma taxa. Eu não quero isto.

Eu gostaria que o Governo do Estado do Paraná fizesse como fez o ex-Governador de São Paulo, Orestes Quércia. Uma vez por mês ele publica na Folha de São Paulo todos os carros roubados no Estado de São Paulo. Então, o cidadão pega o jornal e lê: passat cor tal, chassis tal, número da placa tal, cor tal. Então, o cidadão vê e ele vai diretamente, liga e na Folha de São Paulo tem o número do telefone aonde o cidadão teve o seu carro roubado, ele liga para aquele número e diz: "Olha, eu estou lendo no Jornal, hoje, que há um passat cor tal, ou um voyage, ou um santana, ou uma camionete, por favor, está aí? "O cidadão, do outro lado da linha, vai dizer: "O seu carro está aqui". Só que ele vai lá, e não tem que pagar taxa nenhuma.

Então, eu prefiro retirar a minha emenda, nesta tarde. Eu não quero criar, aqui, taxas para o povo pagar. O Povo já está cansado de pagar impostos em cima de impostos. Analisei muito bem a emenda do Deputado José Tavares. Eu sou muito humilde. O Senhor sabe da minha humildade. Foi até Vossa Excelência e reconheço que a minha emenda daria um transtorno enorme ao Estado do Paraná.

Vejam bem, Senhores, eu estou pedindo para que se publique, aqui, em todos os veículos de comunicação do Estado: na Rede Globo, na Rede Record, no SBT, na Rede Bandeirantes. Eu estou pedindo para que os carros roubados sejam publicados nos órgãos da imprensa: na Folha de Londrina, no Estado do Paraná.

E o susto maior eu tomei ontem, ao ler no Estado do Paraná, numa notinha, que nós estaríamos criando esta taxa. O Deputado Algaci Túlio não está aqui a talvez ele entendesse melhor. Aqui, no projeto dele, no artigo 4º, ele pede que o proprietário do veículo apreendido ou localizado, ficará obrigado a ressarcir ao Estado, recolhendo em guia própria, a GR os valores correspondentes aos gastos decorrentes da publicação, mediante documento comprobatório expedido pela Imprensa Oficial do Estado.

Senhores, o pobre não lê. Ninguém lê Diário Oficial. Eu nunca vi um trabalhador com Diário Oficial. Quem recebe Diário Oficial sou eu, são as grandes empresas. Agora, quem tem um santana roubado lá em Jandaia do Sul, lá na terra do meu querido Costenaro, lá no sudoeste ou em Mandirituba, ou em Alto Piquiri, na terra do Deputado, Nilton, lá o trabalhador não sabe o que é Diário Oficial. Se você perguntar na rua para uma mãe negra ou branca ou para um trabalhador negro ou branco, ele não sabe! Volto a repetir, ele não sabe o que é Diário Oficial. Agora, se você perguntar o que é Diário do Paraná, a Folha de Londrina, o Correio de Notícias, o Jornal Indústria e Comércio, o Jornal de Londrina, todo mundo sabe. Se perguntar qual é a Rádio Independência, do Luiz Carlos Martins, todo mundo sabe, onde é a Rádio Londrina, a TV Paraná, todo mundo sabe!

Então, a minha emenda, eu confesso Srs. eu não quero criar taxas para o povo pagar, eu gostaria que o Governo do Estado do Paraná fizesse como o PMDB fez, no Governo passado, no Estado de São Paulo, que publicasse os carros roubados, em meia página de um jornal de grande circulação e que o povo que tem seu carro roubado, lendo pudesse se socorrer através desse registro em todos os jornais do Estado. Porque eu tenho certeza, se nós tivéssemos, com todo respeito à classe policial do Paraná, aquele que honra o seu distintivo da Polícia Civil, aquele que engalana o seu discurso da Polícia Civil, nós temos bons delegados que estão preocupados, como por exemplo, o Delegado Gerson Machado, de Londrina, ele prende um carro e imediatamente manda um telex para o Secretário de Segurança Pública, ele já manda para São Paulo, ele manda para todos os quadrantes do País. Mas tem Delegado que não manda! Então o carro fica abandonado no pátio da

Delegacia, sendo usado, como nós dizemos na gíria policial, como uma cabrita. A Folha de Londrina publicou que um Delegado da Polícia Federal estava usando uma cabrita e a cabrita guardada na garagem de sua casa, e a foto da Folha de Londrina mostrava um Santana novo guardado na garagem do Delegado e ele usando o carro como cabrita para, não sei se os seus problemas particulares ou para os seus afazeres profissionais.

Então eu prefiro retirar a minha emenda, se a lei ou a Casa me permite, eu queria ser assessorado neste momento, eu queria retirar a minha emenda, para que ela não cause prejuízo, e deixo ao Plenário para que se vote ou não no projeto do Deputado Algaci Túlio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A emenda de Vossa Excelência está considerada retirada.

O SR. DR.ROSINHA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Projeto do Deputado Algaci Túlio, ao lermos o seu artigo 4º, coloca a necessidade de publicação em Diário Oficial, com posterior pagamento por parte do dono do veículo.

Nós entendemos que é uma taxa a mais a quem tem o seu carro furtado e sem consultar absolutamente ninguém, eu creio que não é coerente, correto para nós, Deputados, aumentarmos despesas da população, mesmo que esta despesa seja mínima.

Por isso, nós do Partido dos Trabalhadores, votaremos contrário ao tal projeto de lei e já queremos registrar nos Anais.

A posição de votar contrário é porque ao lê-lo hoje, não foi possível, em função do Regimento Interno não permitir, uma emenda supressiva deste art. 4º, que se possível ficaria muito mais fácil para que a gente votasse, uma vez que a publicação em Diário Oficial seria a cargo da própria Secretaria de Segurança Pública, e não de quem tivesse o seu veículo furtado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Sr. José Tavares, para encaminhar.

O SR. JOSÉ TAVARES (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Inicialmente eu quero louvar a atitude do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que ao tomar conhecimento do que a sua emenda representaria em termos de criação de taxa e de mais um ônus quem já é vítima, na maioria das vezes, pela falta de diligência do Poder Público, vem, no Plenário da Assembléia, num gesto de grandeza e retira sua emenda.

Quero também dizer que lamento a ausência do Deputado Algaci Túlio, apesar de já ter dito a Sua Excelência que apresentaria um voto em separado e que defenderia essa minha posição no Plenário e quero também dizer que com todo o respeito que tenho pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que faço parte, eu, lamentei profundamente, que aquela douta Comissão não se sensibilizasse para a gravidade do projeto que nós estávamos ali analisando.

Por estas razões e por outras que rapidamente pretendo aqui, alinhar, é que estou encaminhando contrariamente ao Projeto, já que a emenda do Deputado Alborghetti dele não mais faz parte, mas, a síntese do Projeto, é a seguinte:

Determina o Poder Executivo a publicação, quinzenalmente, de uma relação de veículos furtados em todo o interior do Estado e que a vítima, para liberar o seu veículo quando ele for apreendido ou encontrado, terá que pagar uma taxa através de uma guia de recolhimento de tributos como é feito atualmente.

A este projeto o Deputado Alborghetti emendou, estendendo esta publicação, originariamente na Imprensa Oficial do Estado, no Diário Oficial, para todos os veículos de comunicação do Estado, como bem disse Sua Excelência. E continuaria às expensas da vítima, do cidadão que já contribui de várias maneiras para ter, dentre outros benefícios, a própria segurança do Estado. Então não era possível que nós nos calássemos diante de um projeto como este.

Mais da metade dele já foi reparado com a retirada da emenda do Deputado Alborghetti, resta agora a nós, repararmos a outra metade, votando contrariamente ao projeto, porque não tem o menor significado nós instituímos aqui uma lei que já existe, já existe uma lei que regulamenta esta questão. Esta legislação eu anexe ao projeto como forma de fundamentar o meu voto em separado. É o Decreto 5385, assinado pelo então Governador José Hosken de Novaes indiscutivelmente um dos maiores juristas que o Paraná tem e publicado no Diário Oficial do dia 1º de setembro de 82.

Com base neste decreto, o Secretário de Segurança Pública baixou uma resolução que tem força de lei, detalhando melhor esta questão da apreensão dos veículos - produto de furto ou de roubo. Portanto não tem o menor sentido e aí que eu lamento que a Comissão de Constituição e Justiça, na pessoa dos Deputados que votaram a favor do projeto, não tenham se sensibilizado para isso. Não tem o menor sentido nós legislarmos a respeito de um assunto que já existe lei que regula: Decreto, Resolução. O problema reside aonde o Deputado Alborghetti colocou: é o servidor público

que deveria cumprir com a sua obrigação e comunicar às instâncias superiores quando da apreensão de um veículo no mais longínquo município do Estado do Paraná.

Agora não tem sentido nós ficarmos aqui fazendo mais leis, sobre assunto que já existe lei, que o regula e o que é pior, gravando o contribuinte que não tem o menor sentido de ter que pagar por um serviço que é obrigação do Estado prestar de maneira eficiente e competente.

Por estas razões apelo ao Plenário da Casa que rejeitemos o projeto do Deputado Algaci Túlio em seu inteiro teor, para impedirmos que esta Casa acabe legislando, na minha opinião, de maneira injurídica e forcamos evidentemente o Governador do Estado a fazer o que é de nossa competência.

Eram estas as considerações que gostaria de deixar no encaminhamento deste projeto aos meus nobres colegas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Srs. Deputados que aprovam o projeto conservem-se como estão. Rejeitado.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 193/91, de autoria da PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO, que dispõe sobre a Constituição do Conselho Superior do Ministério Público e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 202/91, de autoria do Deputado NEIVO BERALDIN, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO À MATERNIDADE E A INFÂNCIA - APMI de São Pedro do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 214/91, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM nº 024/91, que aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 40.600.000,00 (quarenta milhões e seiscentos mil cruzeiros), ao orçamento próprio da Fundação Teatro Guaíra, aprovado pela Lei Estadual nº 9494 de 21 de dezembro de 1990, visando dar continuidade no desenvolvimento da programação artística e manutenção da estrutura administrativa da entidade. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., e C.O., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 222/91, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM nº 019/91, que aprova um crédito suplementar, alterando o vigente orçamento próprio da Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR, em ocorrência do superávit financeiro. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., por unanimidade. EM

REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 223/91, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM n° 023/91, que aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 41.120.000,00 (quarenta e um milhões, cento e vinte mil cruzeiros), ao orçamento vigente da Chefia do Poder Executivo, e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., e C.O., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 233/91, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM n° 027/91, que aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 225.395.000,00 (duzentos e vinte e cinco milhões, trezentos e noventa e cinco mil cruzeiros), aos orçamentos próprios das instituições de Ensino Superior. Com PARECER FAVORÁVEL da C.O., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo. A emenda foi retirada pelo autor.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 234/91, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM n° 028/91, que aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 731.000.000,00 (setecentos e trinta e um milhões de cruzeiros), aos orçamentos das Secretarias de Estado da Cultura e da Saúde, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 235/91, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM n° 029/91, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Chefia do Poder Executivo, aprovado pela Lei Estadual n° 9.494, de 21.12.91, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.O., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 236/91, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM n° 030/91, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.907.000,00 (um milhão, novecentos e sete mil cruzeiros), aos orçamentos próprios da Biblioteca Pública do Estado do Paraná e do Colégio Estadual do Paraná, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

Sobre a mesa, requerimento de n° 1574, de autoria do Sr. Deputado José Artur Ritti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1560, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1573, de autoria do Sr. Deputado João Arruda, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1563, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1551 à 1559 e 1561, 1562, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. Encaminhe-se através da Secretaria de Educação.

Requerimento de n° 1548, de autoria do Sr. Deputado Carlos Simões, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1545 a 1547, de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1544, de autoria do Senhor Deputado Eurides Moura, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1564, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente.- Aprovado.

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Só para registrar que o Tribunal de Contas do Estado dá parecer, não faz aprovação das Contas, a aprovação será feita nessa Assembleia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A advertência de V.Exa. procede, realmente o Tribunal de Contas não tem o poder de aprovação das contas, apenas emite parecer prévio.

Os Deputados que aprovam o requerimento com os reparos do Deputado Rosinha conservem-se como estão. Aprovado.

(A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de n° 1542, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1536 a 1541, de autoria do Senhor Deputado João Preis, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1534, 1533 e 1532, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1549, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente.- Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de n° 1543, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1572, de autoria do Senhor Deputado Rossoni, constante do expediente.- Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de n° 1535, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1524, de autoria dos Senhores Deputados Ovídio Constantino, Ernani Pudell e Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu consulto V.Exa. com referência a entrada na Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 215/91, tendo em vista que ele figurou pela terceira vez na pauta e pelo nosso entendimento deveria a partir de amanhã vir para Ordem do Dia, não sei se esse é o entendimento de V.Exa., até porque nós temos informações de que o mesmo teria tido voto contrário a nível de Comissão de Constituição e Justiça. Então indago a V.Exa. qual o encaminhamento que pretende dar ao Projeto 215/91.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu solicito ao Presidente da CCJ que preste os esclarecimentos sobre o que falou o Deputado Pessuti.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Comissão de Constituição e Justiça hoje apreciou o parecer do Senhor Deputado Rafael Greca analisando a mensagem governamental que dá o número 215/91 a esse projeto.

Ocorre que por unanimidade dos membros da Comissão foi pedido o arquivamento e foi com base no artigo 214 § 4° do Regimento Interno procedi o arquivamento dessa mensagem governamental, também estribado no artigo 37 item 19 da Constituição Fede-

ral.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Nós evidentemente que embora aprovado pela unanimidade da CCJ nós entendemos que não se reveste de toda a verdade o parecer lá aprovado, porque o Presidente da Comissão e a Comissão tomou por base o que dispõe o artigo 124 em seu parágrafo 4° que diz:

"Não será considerado objeto de liberação o projeto manifestadamente inconstitucional ou anti-regimental", pelo que entendemos o projeto não tem nada de anti-regimental e com preferência a constitucionalidade eu leio para conhecimento do Plenário o que diz o artigo 27 da Constituição do Estado do Paraná em seu inciso 19:

"Depende de autorização legislativa a transformação, fusão, cisão, incorporação, extinção e privatização em cada caso a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, o 18."

O que diz o inciso 18: "Somente por lei específica poderão ser criadas empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias e fundações".

Então repete claramente o artigo 37 da Constituição Federal o inciso 18 do 27 da Estadual. E no 19 ele estabelece que depende de autorização legislativa a transformação das entidades que por lei específica são criadas através do artigo 27 da Estadual ou do 37.

Portanto no nosso entendimento existe uma interpretação de inconstitucionalidade que esbarra na própria Constituição do Estado que estabelece e que permite mediante autorização legislativa a transformação das fundações e autarquias, e é o que está solicitando o nosso Governador Roberto Requião.

Por essa razão nós solicitamos mais uma vez que dentro do que estabelece o regimento desta Casa que entendemos que a CCJ deva apenas cumprir o seu papel de oferecer o parecer e o fez. Quanto ao arquivamento ou não quem deve deliberar é este Plenário, mesmo porque entendemos que o projeto não é inconstitucional porque está previsto em nossa Constituição a transformação dessas entidades. Por essa razão, Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados, nós colocamos aqui o pedido para que o projeto seja colocado na Ordem do Dia o mais rapidamente possível tendo em vista o regime de urgência aprovado.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu respeito muito o Senhor Deputado Orlando Pessuti quando ele analisa a lei agrícola, com entusiasmo, com muito denodo procurando oferecer um excelente trabalho aqui na Assembléia Le-

gislativa do Paraná, de cujo bloco agropecuário eu tenho a honra de fazer parte e ser um dos subordinados do Senhor Deputado Orlando Pessuti. Mas com referência à interpretação de artigos constitucionais, o artigo da Constituição Federal, eu me reservo no direito de dar o número exato e a indicação certa desta matéria. O artigo 37 da Constituição Federal diz: "A Administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoabilidade, moralidade, publicidade e, também ao seguinte: "E cita, portanto, muitos incisos, e no XIX diz: "somente por lei específica poderão ser criadas empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquia ou fundação pública".

Nessas condições, o parecer do Senhor Deputado Rafael Greca vem dar um ponto final a esta matéria, e eu usando dos poderes que me confere o Regimento Interno, no seu art. 124, § 4º, decidi pelo arquivamento, porque é uma solicitação do Deputado Relator e também porque esse seu parecer recebeu o apoio unânime dos Senhores Membros da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Senhor Presidente, quero acrescentar às argumentações do ilustre Presidente da CCJ que a Constituição Estadual, em seu art. 178, diz claramente que um dos "princípios da educação será a gestão democrática e colegiada das instituições de ensino, mantidas pelo Poder Público Estadual, adotando-se sistema eletivo direto e secreto na escola dos seus dirigentes na forma da lei".

Portanto, quem leu a mensagem do ilustre Governador sabe que fere frontalmente esse dispositivo constitucional. Mais do que isso: ela fere o art. 180 da Constituição Estadual que diz: "As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e ao da integração entre os níveis de ensino".

Portanto, a mensagem do Senhor Governador, além de ferir os dispositivos constitucionais já citados, ela fere esses dois dispositivos. E mais do que isso: nós, ao acatarmos esta mensagem, estaríamos delegando ao Poder Executivo a normatização, a criação por decreto da legislação que nós, Poder Legislativo, temos que fazer. Portanto, eu quero invocar também, se V.Exa. me permite, Senhor Presidente, o desfecho no art. 118 do nosso Regimento Interno, que diz claramente: "que a Mesa deixará de aceitar qualquer proposição que

delegue a outro Poder que delegue atribuições privativas do Legislativo".

Então, V.Exa. na condição de Presidente desta Casa, tendo que zelar pelo prestígio e pelas prerrogativas deste Poder, nós pedimos a V.Exa. que não permita essa usurpação que está se tentando cometer contra este Poder e que não aceite a inclusão na Ordem do Dia esta Mensagem Governamental. Obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu acredito que nós não poderemos, se quisermos realmente usar do bom senso e de legalidade, interpretar a Constituição dentro de uma forma restritiva. Eu não estou questionando o que está escrito no artigo 37 da Constituição Federal, porque lá está claro que lei específica criarão, mas peço aos Senhores Deputados que não deixem de ler também o inciso nº 19 do artigo 27 da Constituição do Estado que é claro ao dizer que a transformação das fundações em autarquias é um assunto que pode ser tratado após uma autorização legislativa e dizer ao Deputado Ernani Pudell que nós não estamos aqui em nenhum momento tirando a gestão administrativa, tirando isto ou aquilo, nós estamos aqui apenas transformando a natureza...

(Vozes paralelas).

E o nosso artigo nº 126 do Regimento Interno diz o seguinte: O projeto de lei que receber parecer contrário quanto ao mérito de todas as Comissões a que for distribuído, será tido como rejeitado. De todas as Comissões e não apenas da CCJ.

Portanto, Senhor Presidente, eu acredito que o nosso Regimento e a nossa Constituição Estadual está farta de razões para dar provimento a V.Exa. para que inclua o projeto na Ordem do Dia o mais rápido possível.

O SR. MÁRIO BEZERRA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, o veto do Senhor Governador apostado no Projeto de Lei nº 010/91 já foi apreciado hoje e relatado. Poderia até ser colocado na Ordem do Dia de amanhã, o veto ao fundo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não vejo inconveniente nenhum.

A Mesa vai colocar amanhã o veto.

Quanto à Questão de Ordem levantada pelo Deputado Colombino Grassano, Orlando Pessuti e Ernani Pudell, é muita coisa para minha cuca. Vou decidir amanhã.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 25, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição n° 35/91.

EM VOTAÇÃO

- 3.^a DISCUSSÃO - Dos Projetos de Lei n°s 034 e 070/91.
- 2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 190/91.
- 1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 036/91.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO NEIVO BERALDIN, EM SESSÃO DO DIA 24 DE JUNHO DE 1991.

"ÁLVARO DIAS, CONTAS APROVADAS"

Foi significativa a aprovação das contas do ex-Governador Álvaro Dias pelo voto unânime do Tribunal de Contas do Paraná. A decisão adotada pela Corte de Contas, em sessão plenária da última quinta-feira, examinou os documentos relativos à administração estadual no exercício de 1990 e, enquanto em outros estados e situações as contas de gestores públicos são postas sob restrição, levou à pronta acolhida do desempenho econômico-financeiro de Álvaro Dias. Bem avaliado, esse acórdão do órgão fiscalizador é um atestado de proficiência exarado em favor do ex-chefe do Executivo paranaense.

Além do voto favorável do relator, conselheiro Quielise Crisóstomo da Silva, o exame das contas de Álvaro teve um voto de louvor, em destaque, apresentado pelo conselheiro Cândido Manuel Martins de Oliveira. Esses dois julgadores foram seguidos pelos demais cinco conselheiros, a iniciar pelo presidente do Tribunal de Contas, João Cândido Ferreira Cunha Pereira e também, com relatório positivo de parte do procurador-geral do Estado junto ao TC, João Bonifácio Cabral Júnior.

No seu arrazoado, o conselheiro Quielise - que antes de ascender ao Tribunal acumulou uma larga experiência na vida pública como deputado estadual - lembrou a crise econômica do ano passado, a partir das anormalidades verificadas no Paraná com a safra agrícola e, em nível nacional, com as medidas de ajustamento econômico, tudo resultando num quadro de contenção das atividades mercantis e de extrema gravidade para o equilíbrio das finanças estaduais. O ano de 1990 foi tão difícil que até uma crise externa de dimensão histórica, a guerra do Golfo, se interpôs para nos afastar do caminho da normalidade.

Curitiba, segunda, em 24.06.91

Não obstante, o governo estadual liderado por Álvaro Dias conseguiu cumprir seus compromissos legais como a limitação dos gastos com funcionalismo nos padrões da nova Constituição, a aplicação de 32% da receita em atividade de ensino (quando o legalmente exigido é de 25%) e a continuidade dos pagamentos do serviço da dívida estadual junto a organismos financeiros nacionais e do exterior. Para o conselheiro Cândido Manuel Martins de Oliveira o destaque repousa "no grande trabalho de saneamento das finanças públicas desenvolvido pela gestão Álvaro Dias, o que permitiu ao Paraná um notável equilíbrio na execução orçamentária".

Extrapolando além dos relatórios apreciados pelo TC, é válido comparar a performance com outras administrações: em nível da União a aprovação das contas do Poder Executivo de 1990 pelo Tribunal de Contas foi feita sob restrições que ameaçam desembocar em questionamento judicial pelo Ministério Público e no Congresso. Em São Paulo, o Tribunal de Contas do município negou chancela às contas da prefeita Luiza Erundina; o antigo governo paulista, de Orestes Quêrcia, também enfrenta dificuldades na avaliação de seus documentos contábeis.

Por tudo isso ressalta a condução exemplar de Álvaro Dias como administrador público, situação agora confirmada pelo rigoroso órgão fiscalizador das contas que é o Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Está certo o TC ao exibir a mais absoluta exação a na aplicação do dinheiro público, porque obtido por meio de uma arrecadação que incide sobre todos, gravando inclusive o pequeno agricultor, o pequeno empresário e as atividades de consumo.

O Brasil está aprendendo a valorizar, na sua longa jornada para a consolidação do regime democrático pluralista, a gestão prudente dos líderes chamados ao exercício das magistraturas públicas, porque esse comportamento ajudará a conter a máquina estatal dentro dos padrões, permitindo que o Estado cumpra seus fins relevantes. Num momento em que assistimos ao desmonte dos regimes do Estado - providência e a revolta fiscal contra burocracias esterilizadoras da vida empresarial -, é salutar verificar que no Paraná um gestor público se houve com diligência e correção.

Num plano mais amplo, o atestado que o Tribunal de Contas acaba de conferir ao ex-governador Álvaro Dias é uma certidão que recomenda seu portador a demonstrar que o Paraná sabe escolher administradores de nível, que poderão amanhã se apresentar, com merecimentos, para o exercício de novas e relevantes funções, inclusive a Presidência da República.